

**CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – CORECON-PR
24º PRÊMIO PARANÁ DE MONOGRAFIA**

**TÍTULO DA MONOGRAFIA: FLUXOS MIGRATÓRIOS E DIFERENCIAIS DE
RENDA: EVIDÊNCIAS PARA O PARANÁ**

PSEUDÔNIMO DO AUTOR: MANDRAQUE

CATEGORIA: ECONOMIA PARANAENSE

RESUMO

A migração interestadual de retorno vem se destacando no Brasil nas últimas décadas. Assim, este trabalho procura analisar o perfil e o local de residência anterior do migrante retornado para o Estado do Paraná, assim como os rendimentos esperados pelos indivíduos que migram. Para tanto, a partir dos dados fornecidos pela PNAD 2011 foi feito um modelo empírico de determinação de rendimentos juntamente com o processo migratório. Os resultados indicam que os migrantes não retornados são melhores selecionados no mercado de trabalho em relação aos migrantes de retorno. As evidências sugerem que o aumento no nível de instrução seleciona positivamente o indivíduo para as três categorias de migrantes, mostrando uma vantagem destes em relação aos indivíduos menos instruídos. A condição de residência, urbano ou metrópole, mostrou vantagem em relação aos residentes em outras áreas. O efeito da migração sobre a distribuição de renda no estado do Paraná é positivo, e uma possível explicação para esse fato é a diferença entre as características observáveis dos não migrantes, migrantes de retorno e migrantes não retornados.

Palavras-Chave: Migrante de retorno. Capital humano. Lógite Multinomial.

ABSTRACT

The return interstate migration has been increasing in Brazil in recent decades. This study seeks to analyze the profile and previous place of residence of migrants returned to the State of Paraná, as well as the expected returns by individuals who migrate. Therefore, from the data provided by PNAD 2011 was made an empirical model of wage determination with the migration process. The results indicate that migrants not returned are best selected in the labor market for migrant return. Evidence suggests that increasing the level of education positively selects individuals for the three categories of migrants, showing an advantage of these compared to less educated individuals. The condition of residence, city or metropolis, showed advantage over residents in other areas. The effect of migration on income distribution in the state of Paraná is positive, and a possible explanation for this is the difference between the observable characteristics of non-migrants, return migrants and non-migrants returned.

Keywords: Return migrants. Human Capital. Logit multinomial.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total, urbana e rural Brasil, 1970-2010	22
Tabela 2 – População segundo as grandes regiões e a situação de domicílio, 1970-2010	23
Tabela 3 – População total, urbana e rural do Paraná, 1970-2010	27
Tabela 4 – População do Estado do Paraná segundo mesorregiões e a situação de domicílio, 1970-2010	28
Tabela 5 – Grau de Urbanização e Taxa de crescimento geométrico, por mesorregiões, 2000-2010	30
Tabela 6 – Número de Municípios por Mesorregiões paranaenses, segundo a população residente (mil), e a participação dos municípios no total da população *31	
Tabela 7 – Distribuição da População por classe e número de municípios, 2000-2010	32
Tabela 8 – Migrantes de retorno, Imigrantes, Emigrantes e Saldo Migratório – Estoques Acumulados, Paraná	37
Tabela 9 – Paraná: Migrantes de Retorno, Imigrantes, Emigrantes e Saldo Migratório – até cinco anos de residência	39
Tabela 10 – Estatísticas descritivas dos migrantes.....	40
Tabela 11 - Determinantes da migração interestadual – <i>modelo lógite multinomial</i> , Paraná.....	43
Tabela 12 – Estimativa para a equação de rendimentos, Paraná.....	45
Tabela 13 - Regressões de rendimentos por condição de migração com e sem correção para viés de seleção na amostra, Paraná	46
Tabela 14 - Decomposição de Oaxaca para as equações de rendimento corrigidas, Paraná.....	48
Tabela 15 - Rendimento-hora factual e contrafactual (logaritmo) e retorno econômico por condição de migração e nível de escolaridade, Paraná.....	49
Tabela A.1 – População Total Brasil e Unidade de Federação, 2000 e 2010	57
Tabela A.2 - Descrição das variáveis utilizadas nas regressões.....	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 TEORIAS E EVIDÊNCIAS.....	9
1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	9
1.2 EVIDÊNCIAS EMPIRÍCAS.....	14
2 CONTEXTO HISTÓRICO ACERCA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS	19
2.1 A MIGRAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1950.....	19
2.2 POPULAÇÃO E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO ESTADO DO PARANÁ.....	27
3 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	33
3.1 BASE DE DADOS.....	33
3.2 MÉTODOS.....	33
3.3 ANÁLISE DESCRITIVA	36
4 DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO NO MERCADO DE TRABALHO PARANAENSE.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
APÊNDICE.....	57

INTRODUÇÃO

A migração interestadual de retorno vem se destacando no Brasil nas últimas décadas. A literatura econômica aponta várias razões para o fenômeno da migração de retorno, como a moradia, o trabalho e o estudo, sendo este último devido ao relativo atraso no sistema educacional. A migração de retorno figura como um dos principais fenômenos verificados nos últimos decênios, dentro das temáticas que abordam os fluxos migratórios brasileiros (COSTA E RIGOTTI, 2008). Segundo o autor, o Estado de Minas Gerais e o Nordeste brasileiro nos últimos anos tornaram-se “fornecedores de mão-de-obra”, vêm apresentando um aumento nos movimentos migratórios de retorno¹.

Segundo Da Mata *et al.* (2007), natalidade, mortalidade e migração são três fatores que compõem a dinâmica populacional de uma localidade. A dinâmica populacional de um determinado município, por sua vez, está relacionada com o desempenho da sua atividade econômica. Regiões com um mercado de trabalho dinamizado e com maiores remunerações são capazes de atrair um maior número de pessoas. Cidades com maior nível de amenidades (clima, pouca instabilidade social, tal como violência etc.) podem também influenciar uma força atrativa de migrantes.

De acordo com estudos feitos por Ramalho e Queiroz (2011), o Brasil registrou cerca de cinco milhões de migrantes retornados segundo a PNAD (2007), o que significa aproximadamente 2,9% da população total do país, sendo que pouco mais de 70% estão retornando para as regiões Sudeste e Nordeste. Nota-se, também, que a região Sudeste se destacou por atrair o maior número de pessoas, enquanto a região Nordeste se revelou como a maior emissora.

No caso do Estado do Nordeste, o número de retornados chega a um patamar expressivo de 43,5% do total do fluxo na região. A volta dos Nordestinos às suas origens representa em parte as dificuldades em se obter emprego e a precariedade nas condições de trabalho no local de destino (SIQUEIRA *et. al*, 2006).

Conforme Borjas (1999), a mobilidade do fator trabalho é entendida como uma resposta dos indivíduos a situações de ordem econômica, em que é justificada

¹ De acordo com o autor a migração por motivos de saúde tende a ser um item importante para migrantes em um ciclo de vida mais avançado.

como alternativa para a obtenção de melhores rendimentos. O ponto de partida de vários estudos, acerca das decisões de migração, apontam para a justificativa dos diferenciais de salários entre as localidades, e a mobilidade de trabalhadores é vista como um investimento em capital humano.

Os migrantes de retorno podem trazer as habilidades adquiridas ao longo do tempo e capital para a economia doméstica, além de contribuir para a prosperidade econômica no país de origem por seus pós-retornos as atividades econômicas. O capital humano e físico pode ser importante para promover o crescimento econômico no país de emigração (DUSTMANN e KIRCHKAMP, 2002).

Diante do panorama exposto, o objetivo principal do trabalho será analisar os fluxos migratórios interestaduais dos paranaenses, bem como verificar se há diferenciais de rendimento entre os migrantes de retorno, os migrantes não retornados e os não-migrantes no mercado de trabalho paranaense. Dessa maneira, são utilizadas as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2011, e a estimação de equações de rendimento.

Para Nojima *et al.* (2004), as mudanças na base produtiva do Paraná foram qualitativas e quantitativas, destacando-se o setor automobilístico, além de outros ramos, tais como a siderurgia, a madeira e a agroindústria, sinalizando mudanças tecnológicas e de produtividade. Segundo Macedo *et al.* (2002), a forma de inserção da economia paranaense na dinâmica espacial nacional está sendo redesenhada pela natureza dos fluxos e pela intensidade dos investimentos no Estado.

Essas mudanças na base econômica do Estado tiveram reflexos nos movimentos migratórios e no perfil da população paranaense. Conforme Kleinke *et al.* (1999), estudos apontam a existência de uma aglomeração populacional na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, na Norte-Central (Londrina e Maringá) e em outros poucos pontos do Estado; por outro lado, apontam extensas áreas em ritmo de esvaziamento. Para Magalhães e Kleinke (2000), esse processo migratório com adensamento populacional em áreas urbanas se reflete em uma periferização de amplos segmentos da população e acirramento das disparidades sociais em decorrência da crise do emprego, além do achatamento dos níveis de renda e empobrecimento da população. Conforme Libardi e Delgado (1999), há um processo de redução do emprego na agricultura e os municípios menores não conseguem absorver os fluxos migratórios, o que gera o efeito negativo de aumentar o fluxo para a Região Metropolitana de Curitiba.

Para tanto, além da introdução o trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata das teorias e evidências acerca dos movimentos migratórios. No capítulo dois foi feito um estudo do contexto histórico pelo qual está inserido o Brasil e o Estado do Paraná. No capítulo seguinte, três, é exposta a metodologia (dados e métodos) e uma descrição preliminar dos dados com base na PNAD de 2011. O capítulo quatro apresenta os resultados e discussões feitos ao longo do estudo acerca da migração de retorno. Por fim, são reunidas as principais considerações finais sobre o trabalho.

1 TEORIAS E EVIDÊNCIAS

1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Muito embora haja um grande número de teorias sobre migração, algumas das principais abordagens para explicar as motivações da migração, podem ser descritas nesta seção, porém não se pretende esgotar a literatura sobre o tema, mas mostrar a sua relevância para o estudo da ciência econômica. Assim, pretende-se expor as principais teorias e abordagens empregadas na caracterização e explicação dos movimentos migratórios, a partir da abordagem microeconômica, na qual a decisão de migrar é tomada com base nos custos e benefícios contabilizados pelos indivíduos e pelas famílias, e a abordagem macroeconômica que trata a migração como uma decorrência da desigualdade econômica entre as regiões.

Analisando as teorias econômicas sobre a imigração, Borjas (1989) aponta, como sendo a ideia fundamental que orienta as pesquisas teóricas, a existência de um mercado de migração que, de certa maneira, selecionaria os imigrantes para os diversos países acolhedores. Os indivíduos residentes em locais de origem consideram a possibilidade de permanecer ou migrar para certos países com potenciais de acolhimento. Os países competiriam entre si, por meio de políticas de imigração, com o objetivo de captar o capital humano e físico dos potenciais imigrantes. Neste sentido, os indivíduos tomam a decisão de migrar considerando os valores das várias alternativas, e escolhem a opção que melhor lhes satisfaçam, dadas as limitações financeiras e legais que regulam o processo de migração.

Na literatura atual, Borjas (1999) estuda dentre vários outros aspectos o impacto da imigração sobre as oportunidades no mercado de trabalho do país receptor. O autor trata de um modelo com trabalho homogêneo e outro modelo com trabalho heterogêneo. O primeiro tem como função de produção $Q = f(K, L)$ sendo que $L = N + M$, em que N são os trabalhadores locais (nativos) e M os trabalhadores migrantes. A taxa de rentabilidade do capital (r_0) e do trabalho (w_0) é dada por $r_0 = f_k(K, N)$ e $w_0 = f_l(K, N)$, respectivamente. A função de produção agregada apresenta retornos constantes de escala e os ganhos são distribuídos entre os

donos do capital e os trabalhadores². Dessa maneira, a renda nacional proveniente dos nativos, Q_N , é dada por $Q_N = r_0K + w_0L$. O segundo modelo supõe a existência de dois tipos de mão-de-obra no país, qualificado (L_S) e não qualificado (L_U). A função de produção então é dada por $Q = f(K, L_S, L_U) = f[K, bN + \beta M, (1-b)N + (1-\beta)M]$ em que b e β denotam a fração dos trabalhadores qualificados entre os nativos e os imigrantes, respectivamente. O retorno de cada fator de produção é determinado pelas respectivas produtividades marginais. Contudo, o impacto econômico da imigração depende crucialmente do que acontece com o estoque de capital (dependendo da sua elasticidade) quando os imigrantes entram no país.

A decisão de migrar (I) leva em consideração os residentes do país de origem (País 0) e os migrantes para o país receptor (País 1). Os residentes no país de origem encaram os rendimentos em função de $\log w_0 = \mu_0 + v_0$, em que w_0 é o salário no país de origem; μ_0 corresponde ao salário médio no país de origem; e v_0 é uma variável aleatória que mede os desvios dos salários médios. Se toda a população do país de origem migrar para o país receptor, os novos rendimentos serão $\log w_1 = \mu_1 + v_1$, em que μ_1 é o salário médio no país receptor e v_1 uma variável aleatória. A compreensão da decisão de migrar está relacionada principalmente ao diferencial de salário entre os países e os custos da migração. Definindo pela função

$I = \log\left(\frac{w_1}{w_0 + C}\right) \approx (\mu_1 - \mu_0 - \pi) + (v_1 + v_0)$, em que C dá o nível de custos da migração e

π é o tempo equivalente de medida destes custos $\left(\pi = \frac{C}{w_0}\right)$. Dessa maneira, a

pessoa emigra se $I > 0$, e continua no país de origem se o resultado for diferente. A migração geralmente é custosa, envolvendo os custos diretos (tais como, transporte e bens domésticos), as perdas de rendimentos (o período desempregado na pós-migração) e os custos físicos (a perda dos laços familiares e das redes sociais). Portanto, o autor conclui que a taxa de emigração reduz quando a renda média no

² O conceito de rendimentos de escala define a forma com que a quantidade produzida aumenta conforme vão se agregando mais fatores de produção. Para retornos constantes de escala tem-se que ao aumentar X vezes os fatores de produção, a quantidade produzida também aumenta X vezes.

país de origem aumenta, quando a renda média no país de destino cai, ou quando os custos da migração aumentam.

Em estudo feito para os Estados Unidos, Borjas (1999) diz que a probabilidade da migração acontecer está relacionada a sensibilidade do diferencial de renda entre o país de destino e de origem. De acordo com o autor, em 1900, 90% da população africana que migrou para os Estados Unidos moravam no Sul do país, reduzindo para 60% em 1960. As melhores oportunidades de emprego oferecidas pela Região Norte, devido a industrialização do país, seria responsável por atrair o contingente populacional migrante do Sul.

De acordo com Ravenstein (1980), os principais motivos que levam os indivíduos a abandonar o lar estão associados à busca de trabalhos mais remuneradores e atraentes do que os disponíveis nos locais de nascimento. Para o autor existem vários tipos de migrantes, podendo ser citado o migrante local, que é aquele cujo deslocamento se limita a uma ou outra parte da mesma cidade de nascimento. Há também os migrantes de curta distância, que são aqueles indivíduos que residem em uma cidade, fronteiriças ou não, que não a de nascimento. Um outro caso são os migrantes por etapas que, em busca de empregos, movem-se de localidades para localidades até que encontre um local de habitação bem afastado do local de partida³

Considerando a teoria do capital humano, a migração pode ser entendida como um investimento em capital humano. Nessa perspectiva, Mincer (1978) destaca a importância do rendimento familiar nas decisões de migração. O autor parte da hipótese de que os rendimentos coletivos, ou seja, de toda a família são os elementos motivadores dos movimentos migratórios de domicílios. Dessa forma, a decisão de migrar se transforma em um problema familiar, pois para cada um dos cônjuges poderá ter um local em que seu rendimento individual com a migração seja maior. Entretanto, a família se moverá para um lugar onde a soma dos rendimentos, ou ganho familiar, com o movimento migratório, seja maior que o local de origem.

Por sua vez, Sjaastad (1962) afirma que as diferenças observadas nos rendimentos do indivíduo nem sempre resultam de um desequilíbrio do mercado de trabalho. Para tanto, o autor assume ocupação, idade e sexo como as variáveis mais

³ A população flutuante, existente nas grandes cidades, cuja presença é sentida nas instalações navais e militares, estações d'água e tratamento, cidades universitárias e locais onde existem internatos, são conhecidos como migrantes temporários.

importantes que afetam os rendimentos ou o retorno da migração. Neste contexto, é particularmente útil para empregar o conceito de capital humano e para ver a migração, o treinamento e a experiência como investimentos no indivíduo. Estes investimentos, específicos para o indivíduo, estão sujeitos a depreciação e deterioração tanto para o indivíduo como um todo quanto em um sentido econômico.

Em estudos feitos pelo autor, se as forças do mercado reduzir os salários relativos de uma determinada profissão, os profissionais serão confrontados com as alternativas de aceitar os salários mais baixos ou fazer investimentos adicionais neles mesmos para aumentar seus ganhos em um mercado mais favorável. Dessa maneira, o retorno estimado pode ser atribuído ao investimento na migração, o investimento no trabalho, ou nos custos de formação do pré-emprego, e as estimativas de ganhos da migração devem ser precedidas de uma explicação acerca dos ganhos em relação à idade e experiência.

De acordo com o trabalho de Borjas e Bratsberg (1994), feito para os Estados Unidos, acerca da migração de retorno, esta pode ocorrer por duas razões. Primeiro, a migração de retorno pode ter sido planejado como parte de uma ótima seqüência de localização do ciclo de vida residencial, em que alguns imigrantes vão para os Estados Unidos por alguns anos, acumulam recursos financeiros ou outros tipos de capital, e em seguida, retornam ao país de origem. Segundo, a migração de retorno ocorre porque os imigrantes tomam suas decisões iniciais com base em informações erradas sobre as oportunidades econômicas nos Estados Unidos.

Todavia, os autores fizeram um estudo que permite a opção pela migração de retorno inter-relacionando a autoseleção dos trabalhadores migrantes com a determinação de salários, levando em consideração as duas motivações mencionadas acima. Dessa maneira, supondo a região “0” a região de origem e “1” a região de destino, cabe aos indivíduos da região “0” optarem pela migração para “1” por um período de tempo ou permanentemente, tendo os salários (em logaritmos) obtidos nas regiões dado por:

$$w_0 = \mu_0 + \eta v \tag{1}$$

$$w_1 = \mu_1 + v + \varepsilon \tag{2}$$

em que μ_0 é a média dos salários no país de origem, μ_1 a média de salários caso todos os indivíduos do país “0” migrassem para o país “1”. As variáveis aleatórias v e ε são termos aleatórios não correlacionados com médio zero e variância finita. O parâmetro η pode ser interpretado como a taxa de retorno às habilidades no país de origem em relação ao país de destino.

A maneira mais simples de deduzir os ganhos do investimento do migrante é assumir que, depois de passar uma parte de sua vida no país de destino os migrantes podem aumentar seus rendimentos em $k\%$ quando voltar ao país de origem. Dessa forma, o salário potencial do migrante de retorno (w_r) corresponde a uma média dos salários esperados no país de destino e de origem após o retorno, e é dado por:

$$w_r = \pi w_1 + (1 - \pi)(w_0 + k) \quad (3)$$

em que π representa a fração da força de trabalho do migrante.

A tomada de decisão de remigrar, portanto, é escolhida pelo trabalhador levando em consideração a maximização dos rendimentos esperados, líquido de custos (monetários e não monetários) de migrar e retornar. Assim, a migração de retorno será vantajosa se o salário esperado Ew_r , depois do retorno, for maior que o salário na região de origem, a saber:

$$Ew_r > w_0 + c_m + c_n \quad (4)$$

em que c_m são os custos de migrar e c_r os custos de retornar.

Partindo para uma abordagem macroeconômica acerca dos fluxos migratórios, um dos pioneiros a introduzir um modelo de migração na teoria econômica foi LEWIS (1954). O modelo é baseado nos fundamentos clássicos e tem como pressupostos a oferta ilimitada de mão-de-obra e o salário de subsistência. Lewis considera um sistema capitalista, caracterizado pelos setores mais industrializados e urbanos da sociedade, e o setor de subsistência ou setor não-capitalista onde estariam o meio rural e as atividades agrárias. De acordo com o modelo o setor capitalista pagaria um salário fixo acima do salário de subsistência

como forma de atrair a oferta ilimitada de mão-de-obra, enquanto que o setor de subsistência o salário era determinado pela produtividade marginal do trabalho rural. Dessa maneira a dinâmica migratória de equilíbrio do modelo ocorre conforme a mão-de-obra do setor de subsistência diminui devido à modernização da sociedade e a migração para centros urbanos, fazendo com que a produtividade marginal do trabalho rural assim como o salário aumente.

Destarte, foram analisadas algumas das principais correntes teóricas que tentam abordar o fenômeno migratório. Embora quase todos os trabalhos citados relatem experiências internacionais a respeito das migrações, os conceitos e as estruturas de análises podem ser aplicados às migrações internas.

1.2 EVIDÊNCIAS EMPIRÍCAS

A literatura empírica sobre os movimentos migratórios no Brasil, tem se expandido com a maior disponibilidade de informações. Oliveira e Jannuzzi (2005) ressaltam que as áreas propensas a evasão e atração populacional se dão por conta das desigualdades das taxas de crescimento econômico, da oferta de empregos e de nível de salários, originando os fluxos de pessoas em busca de trabalho e melhores condições de vida.

De acordo com o autor, em estudos feitos para o Brasil, destacam-se como principais motivos da migração o motivo “acompanhar família” sendo a maioria mulheres, e o motivo “trabalho da pessoa” com maioria homens, correspondendo com pouco mais de 70% dos motivos tomados pelos indivíduos. As migrações motivadas por estudos ou por questões de saúde são as menos representativas, atingindo aproximadamente 4,5% das decisões. Na Região Norte, devido as grandes distâncias em que se localizam as escolas de ensino médio e faculdades na região, a migração por estudo é mais citada, em comparação as outras regiões do país. Para residentes nas duas principais regiões metropolitanas do país, São Paulo e Rio de Janeiro, destacam-se os indivíduos migrantes que buscam moradia em local mais aprazível ou de custo mais baixo.

Segundo Ribeiro (1997, apud Oliveira e Jannuzzi, 2005, p. 141) a migração de retorno pode ser estudada a partir de duas modalidades: retorno de única etapa e

retorno com mais de uma etapa⁴. A primeira refere-se à pessoa que depois de retornada a unidade federativa de naturalidade possui igual tempo de residência no município apontado no censo, sendo enumerada ou não no município que nasceu. A segunda, por sua vez, é realizada pela pessoa que enfrentou várias outras migrações dentro do Estado em que retornou antes de ser contabilizada no município de nascimento ou outro qualquer.

Os migrantes de retorno tendem a ser mais velhos e mais escolarizados, comparado aos indivíduos que não migraram. A cidade que eles retornam tende a ter um setor não-agrícola mais ativo, havendo duas razões possíveis para o retorno: a primeira é a falta de recompensa para a educação e experiência de trabalho para os imigrantes em áreas de acolhimento, e a segunda são os custos psicológicos associados com a separação da família. Ambos os fatores estão ligados ao sistema atual de negar migrantes ao estatuto de residente permanente na maioria das cidades anfitriãs (ZHAO, 2001).

Siqueira *et al.* (2006) analisaram o poder dos estados em manter a população que recebe. Este poder é medido de acordo com a quantidade de migrantes que decidiram retornar, dentro do número de pessoas que lá fixaram residência. Assim, dentre os estados com maiores capacidades de reter pessoas vindas de fora, quatro ganham destaque (Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Paraná) por apresentarem uma renda *per capita* acima da média nacional. Para os estados com menores habilidades de manter imigrantes, se destacaram os Estados da região Nordeste, de acordo com dados do censo demográfico de 2000 feito pelo IBGE.

Um dos principais fatores que contribuem com a insatisfação em fixar residência na Região Nordeste está relacionado às próprias condições socioeconômicas encontradas pelos migrantes, tais como alto índice de desemprego e renda *per capita* abaixo da renda nacional, representando tanto para os naturais quanto para os não-naturais um estímulo para a escolha de outros destinos. O estado do Rio Grande do Sul apresentou, nas últimas décadas, um alto percentual de perda de imigrantes, apesar de ser uma região rica e com um dos melhores IDH

⁴ RIBEIRO, J.T.L. Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no Nordeste Brasileiro, 1970/1980 e 1981/1991. Tese (Doutorado em Demografia) – Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 1997.

do Brasil⁵. Fatores culturais podem explicar o fato das pessoas não quererem fixar residência no local, assim como a variação climática presente no Estado e que contribui para a não adaptação do migrante, principalmente imigrantes vindo de regiões quentes, tais como Norte e Nordeste (SIQUEIRA *et al.*, 2006).

Na literatura nacional destaca-se a contribuição de Singer (1980), que aponta como o principal motor das migrações internas a criação de desigualdades regionais. Nesse sentido, o processo de migração está diretamente associado com o desenvolvimento do capitalismo, principalmente com o processo de industrialização provocado por este. As migrações internas não são mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta ao rearranjo espacial das atividades econômicas. Os fatores de expulsão definem as origens dos indivíduos migrantes, porém são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas a que se destinam. Como fatores de atração vale destacar a demanda por força de trabalho, que proporciona as oportunidades econômicas e a decisão de migrar do indivíduo.

O autor faz referência a áreas de emigração sujeitas a fatores de mudança e fatores de estagnação. As primeiras, apesar de perderem população há um aumento na produtividade, melhorando as condições de vida locais, enquanto que nas segundas verifica-se uma estagnação ou mesmo deterioração das condições de vida, funcionando como local de residência para a mão-de-obra⁶.

De acordo com Singer (1980) a migração se constitui em um processo social, cuja unidade atuante não é o indivíduo, e sim o grupo. No caso específico das migrações internas, existem dois motivos pelos quais a maioria dos migrantes tomam suas decisões: a) motivação econômica (procura de trabalho, melhoria nas condições de vida, entre outros) e b) para acompanhar o esposo, a família ou algo do gênero. Os motivos, embora subjetivos em parte, correspondem a características dos indivíduos: jovens podem ser mais propensos a migrar que velhos, alfabetizados mais que analfabetos, solteiros mais do que casados e assim por diante.

⁵ O índice de desenvolvimento humano (IDH) é uma medida comparativa que classifica os países ou estados em desenvolvidos e subdesenvolvidos, analisando grau de educação, nível de saúde e renda *per capita*.

⁶ As áreas de minifúndios, caracterizada por fatores de estagnação, são muitas vezes a origem de importantes fluxos migratórios sazonais, devido a numerosos trabalhadores se deslocarem para outras regiões agrícolas, onde participam das colheitas e depois retornam a região de origem.

Ribeiro *et al.* (1996) analisam a migração de retorno a partir da ótica de origem do retornado, ou seja, do retorno ao município, Unidade de Federação (UF) e região de nascimento, diferenciando a origem intra-estadual e interestadual. O retorno intra-estadual para o município de nascimento considera o tempo de residência na UF e no município de nascimento, implicando que o indivíduo saiu e voltou ao seu município de nascimento sem ter saído da própria UF de nascimento. O retorno interestadual considera os indivíduos que nasceram e residiam na UF de nascimento no momento do Censo, mas moraram em outra UF e pode ser feito para o município de nascimento ou outro dentro da UF de nascimento.

Dentro da literatura de migração, tem-se um fenômeno conhecido com fuga de cérebros, focando nos movimentos de pessoal qualificado dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento para desenvolvidos. De acordo com Sabbadini e Azzoni (2006), as migrações internas são mais intensas que as migrações entre países, em virtude de menos impedimentos legais, culturais e institucionais. Devido ao contraste, principalmente econômico e social, existente entre as regiões brasileiras é de se esperar o movimento de fuga de cérebros entre os Estados do Brasil. Uma grande ênfase foi dada a esse assunto a partir da década de 1950, em virtude do aumento e da grande dimensão da migração de cérebro dos países desenvolvidos para os de maior desenvolvimento econômico e social, fato notado nos Estados Unidos da América.

A despeito das evidências existentes no Brasil sobre a localização do pessoal altamente qualificado, Sabbadini e Azzoni (2006) apontam a Região Sudeste como de maior concentração desta mão-de-obra, representando 60,56% dos pós-graduados residentes, sendo que o número de pós-graduados no Brasil cresceu a uma taxa muito superior à taxa de crescimento da população brasileira.

Quanto ao perfil do migrante retornando, Siqueira *et al.* (2006) observa que estes são formados pela população com idade entre 35 e 55 anos e com média de anos de estudo acima de seis anos. Porém, acontece no Brasil, um fenômeno pouco observado nos outros países e apontam que o retorno da população para estados de origem (ou nascimento) é realizado por pessoas mais velhas e com baixa escolaridade. O movimento de retorno por parte de pessoas jovens e com média escolaridade, se deve às frustrações das expectativas de emprego, renda e das condições de moradia no lugar de destino.

Ademais, de acordo com Siqueira *et al.* (2006), o fato de o indivíduo ter carteira de trabalho assinada e estar com uma ocupação diminui a probabilidade de se tornar um migrante de retorno. No caso de o indivíduo ter um trabalho autônomo as chances de ser um migrante retornado aumentam.

O diferencial de rendimentos entre migrantes e não-migrantes também é observado quando se trata do sexo da população (maior para a masculina em comparação com a feminina). A Região Sudeste, apresenta um rendimento salarial maior dos não-migrantes em relação aos migrantes. Dessa maneira, os autores levantam dois questionamentos: (i) seriam as mulheres menos vantajosas que os homens migrantes, devido às características produtivas? (ii) seria o mercado de trabalho segregado não só por sexo, mas também por origem? Neste sentido, como forma de responder aos questionamentos levantados, o autor conclui que o mercado de trabalho nacional não é desmembrado de acordo com a condição de migração mas sim pela discrepância na participação por sexo da estrutura ocupacional do país.

Vários são os conceitos de migrantes na literatura econômica. Em estudo feito por Ramalho e Queiroz (2011), existem duas tipologias de migrante: a) o migrante acumulado e b) o migrante de médio prazo. O primeiro refere-se aquele que afirmou residir em um estado diferente daquele de sua naturalidade, enquanto que o segundo é aquele que declarou ter até nove anos de domicílio em um Estado diferente do de nascimento.

Em linhas gerais, os autores destacam vários motivos para a decisão de migração e reforçam a hipótese da migração por melhores rendimentos e condições de vida. No entanto, no desenvolvimento do trabalho serão feitas análises dos dados da PNAD (2011) como forma de comprovar o diferenciais de rendimentos existentes entre as categorias de migrantes, e uma possível afirmação para a busca de melhores condições de vida por parte dos migrantes.

2 CONTEXTO HISTÓRICO ACERCA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

2.1 A MIGRAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1950

A partir da década de 1950, conforme Santos (1994), observa-se no Brasil um aumento progressivo na participação da população urbana, processo conhecido como urbanização. O deslocamento da população nordestina, de origem rural, num primeiro momento foi para São Paulo e depois para o Paraná, área de expansão da agricultura paulista. Mais tarde, esse processo de expansão da fronteira agrícola tem continuidade, mas os destinos se voltaram para Mato Grosso e Goiás, seguido da Região Norte.

O êxodo rural⁷ se intensificou na década de 1950, quando o processo de industrialização atinge seu ápice, ganhando destaque São Paulo e Rio de Janeiro como as maiores cidades receptoras de imigrantes, vindos em busca de melhores condições de vida. Os principais fatores responsáveis pelo aumento da imigração para áreas urbanas nessas cidades foram: a perda de terras por pequenos produtores, que se sentiram obrigados a migrar para as cidades; e a modernização agrícola que passa a necessitar de menos mão-de-obra. Esse padrão de migração coloca mais da metade da população brasileira em centros urbanos. De acordo com a autora, o processo de expulsão do trabalhador do campo corresponde ao de desenvolvimento das cidades. Nesse sentido, o campo se torna responsável por abastecer as cidades com mão-de-obra barata para os setores da indústria e da construção civil que estão em ascensão (SANTOS, 1994).

A despeito das evidências existentes no Brasil sobre o processo migratório da década de 1950, Camarano e Abramovay (1999) fazem referência a um modelo “Pau de Arara” destacado como o período de maior migração inter-regional. Esse intenso movimento migratório pode ser relacionado à construção da estrada Belém-Brasília e de Brasília, à colheita do café em São Paulo e Paraná e às grandes secas no Nordeste Brasileiro. Os migrantes nordestinos correspondem a quase cinquenta por cento do total de migrantes brasileiros dessa década.

⁷ Processo pelo qual se designa o abandono do campo por seus habitantes para os centros urbanos.

O período 1940/60 foi marcado pela predominância das trajetórias migratórias, chamadas dominantes, que tinham como origem o Nordeste e Minas Gerais, conhecidos como os maiores reservatórios de força de trabalho, e como destino os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, devido ao grande crescimento urbano-industrial e o Paraná, região de expansão da fronteira agrícola. Esse potencial de reservatório de força de trabalho no Estado de Minas Gerais e na Região Nordeste correspondia ao excedente de mão-de-obra não empregada pela economia cafeeira em décadas passadas (BRITO, 2000).

De acordo com Camarano e Abramovay (1999), nenhuma região brasileira sofreu uma emigração tão importante para a história do Brasil quanto o Sudeste rural da década de 1960. Os autores se referem a esse período como “a aceleração do declínio caipira”, em que quase metade da população rural que habitava a região sudeste da época migrou para as cidades. No período analisado, essa é a única década em que a maior parte dos migrantes rurais brasileiros não teve origem no Nordeste. Martine (1990) citado por Camarano e Abramovay (1999) atribui esse movimento a modernização agrícola em que passou a Região Sudeste, sobretudo São Paulo, bem como os fatores de atração que já se destacavam na década anterior.⁸

O movimento intra-estadual paranaense do período de 1986-91, caracterizado pelas migrações entre regiões ou os movimentos migratórios entre as mesorregiões, expressam a dominância dos fluxos de origem e destino urbano que correspondem a mais de 50% do total de imigrantes (KLEINKE *et al.*, 1999). Tais deslocamentos apontam para as regiões mais urbanizadas do Estado: a mesorregião Metropolitana, a Norte-Central e a Oeste Paranaense. Além dos deslocamentos de origem e destino urbano convergirem para essas três principais regiões, os fluxos migratórios de origem rural e destino urbano seguem o mesmo caminho. O movimento de trocas regionais com origem e destino rural, que correspondem a 14,9% do total das trocas intra-estaduais, converge para as mesorregiões menos urbanizadas (Noroeste paranaense, Centro-Occidental, Norte Pioneiro, Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste).

A dinâmica demográfica do Brasil apresentou um declínio na taxa de crescimento populacional nas décadas de 1960 e de 1970, de acordo com o estudo de Martine (1984). Esse declínio foi vinculado a uma queda acentuada da

⁸ MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. *História e população — Estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Abep/lussp/Celade, 1990.

fecundidade em todas as regiões do país e em regiões rurais e urbanas. Observa-se uma queda de fecundidade explicada pela elevação do nível de uso de anticoncepcionais, conjugado a uma continuação ou elevação da prática de aborto provocado. Essa maior utilização de métodos de controle estaria associada ao processo de industrialização e modernização iniciado na década de 1950, que favoreceu o aumento da renda *per capita*, o processo de urbanização, a redução da força de trabalho agrícola e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho entre outros fatores.⁹

Contudo, para Martine (1984) o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, a crescente integração das economias regionais e a modernização da infra-estrutura foram fatores essenciais na mobilidade espacial da população. A partir de 1965, observa-se uma intensificação do processo de urbanização e ocupação de novas fronteiras interioranas. O modelo de modernização agrícola incentivou a especulação, a concentração com a propriedade da terra e reduziu a necessidade de mão-de-obra no setor agrícola, expulsando pequenos produtores, posseiros, arrendatários e parceiros.

É bastante difundida a informação das importantes transformações que ocorreram no processo de urbanização e de redistribuição espacial da população brasileira. Segundo Baeninger (1998) até a década 1970 esse processo esteve ligado a três principais fatores: O progressivo esvaziamento do campo, conhecido como êxodo rural, que influenciou o crescimento urbano dos centros regionais, os movimentos migratórios com destino às fronteiras agrícolas e o fenômeno da metropolização.

A Tabela 1 apresenta informações referentes ao crescimento populacional brasileiro, por composição urbana e rural, para o período 1970-2010. Os dados mostram as significativas diferenças no ritmo de crescimento da população urbana e rural em todo o País. Em 1970, a população brasileira correspondia a 94,50 milhões de habitantes e em 2010 atinge um patamar de 190,75 milhões de habitantes. A proporção da população residente em áreas urbanas teve um crescimento acelerado desde os anos 1970, quando representava um total de 55,98% da população

⁹ Segundo Martine (1984), a pílula anticoncepcional foi introduzida no Brasil a partir da segunda metade da década de 1960 e teve uma disseminação muito rápida nas grandes cidades, com a atuação do Estado e a influência da mídia. Em termos da taxa bruta de mortalidade, verifica-se uma queda um tanto quanto lenta no Brasil há mais de um século. As melhorias em saneamento básico e os processos da medicina internacional favoreceram o controle da mortalidade no país. Nesse sentido, a esperança de vida ao nascer teve um aumento entre os anos de 1940 e 1980.

residente em áreas urbanas, até o ano de 2010 com 84,36% da população residente no meio urbano.

Tabela 1 – População total, urbana e rural Brasil, 1970-2010

Ano	População (em milhares)			Participação da Pop. Urbana no Total da População (%)	Participação da Pop. Rural no Total da População (%)
	Total	Urbana	Rural		
1970	94.508	52.904	41.603	55,98	44,02
1980	121.150	82.013	39.137	67,70	32,30
1991	146.917	110.875	36.041	75,47	24,53
2000	169.590	137.755	31.835	81,23	18,77
2010	190.755	160.925	29.830	84,36	15,64

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

De acordo com os Censos Demográficos, o Brasil passou de 169,6 milhões de habitantes em 2000 a 190,75 milhões de habitantes em 2010. Em um ritmo mais lento, porém considerável, a população rural reduziu de 31,8 milhões de habitantes em 2000 para 29,8 milhões de habitantes em 2010. Paralelamente, o processo de ocupação das cidades continuou em intenso crescimento, e a população residente em áreas urbanas passou de 137,7 milhões de habitantes em 2000 para 160,9 milhões de habitantes em 2010. A perspectiva de crescimento populacional em 2010 manteve os patamares anteriores, apresentando um expressivo crescimento populacional brasileiro.

As mudanças ocorridas na distribuição espacial da população em termos demográficos podem ser atribuídas às diferentes combinações entre crescimento vegetativo e migrações, e em relação aos fatores socioeconômicos as alterações refletem as transformações na estrutura da sociedade (MARTINE, 1994).¹⁰

A Tabela 2 apresenta informações da distribuição espacial da população brasileira de acordo com as grandes regiões e a situação de domicílio, ao longo do período 1970-2010. A Região Norte, em 1970, registrou um total de 4.188,3 mil habitantes, com a maior parte da população residente em áreas rurais e se destacando como a região menos habitada dentre as outras do país, enquanto que no Censo Demográfico de 2010 a região apresentou um total de 15.864,4 mil

¹⁰ Crescimento Vegetativo (CV) ou crescimento natural é a diferença entre nascimentos e óbitos, ou seja, entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade, geralmente expresso em percentagem. CV = Natalidade – Mortalidade.

habitantes, sendo que desta vez a população residente em áreas urbanas corresponde à três vezes mais a população residente em áreas rurais. Dentre as grandes regiões, apenas o Sudeste e o Centro-Oeste se destacavam em 1970 por terem a maior parte de sua população residente nas áreas urbanas, fato que se manteve em 2010.

Tabela 2 – População segundo as grandes regiões e a situação de domicílio, 1970-2010

Local	Grandes Regiões				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1970					
Total	4.188.313	28.675.110	40.331.969	16.683.551	4.629.640
Urbana	1.784.223 *(42,60)	11.980.937 (41,78)	29.347.170 (72,77)	7.434.196 (44,56)	2.358.218 (50,94)
Rural	2.404.090 (57,40)	16.694.173 (58,22)	10.984.799 (27,23)	9.249.355 (55,44)	2.271.422 (49,06)
1980					
Total	6.767.249	35.419.156	52.580.527	19.380.126	7.003.515
Urbana	3.398.897 (50,21)	17.959.640 (50,70)	43.550.664 (82,83)	12.153.971 (62,71)	4.950.203 (70,68)
Rural	3.368.352 (49,79)	17.459.516 (49,30)	9.029.863 (17,17)	7.226.155 (37,29)	2.053.312 (29,32)
1991					
Total	10.257.266	42.470.225	62.660.700	22.117.026	9.412.242
Urbana	5.931.567 (57,82)	25.753.355 (60,64)	55.149.437 (88,01)	16.392.710 (74,11)	7.648.757 (81,26)
Rural	435.699 (42,18)	16.716.870 (39,36)	7.511.263 (11,99)	5.724.316 (25,89)	1.763.485 (18,74)
2000					
Total	12.893.561	47.693.253	72.297.351	25.089.783	11.616.745
Urbana	9.002.962 (69,82)	32.929.318 (69,04)	65.441.516 (90,52)	20.306.542 (80,94)	10.075.212 (86,73)
Rural	3.890.599 (30,18)	14.763.935 (30,96)	6.855.835 (9,48)	4.783.241 (19,06)	1.541.533 (13,27)
2010					
Total	15.864.454	53.081.950	80.364.410	27.386.891	14.058.094
Urbana	11.664.509 (73,52)	38.821.246 (73,14)	74.696.178 (92,95)	23.260.896 (84,93)	12.482.963 (88,79)
Rural	4.199.945 (26,48)	14.260.704 (26,86)	5.668.232 (7,05)	4.125.995 (15,07)	1.575.131 (11,21)

Fonte: IBGE 2010 – Censo Demográfico.

Nota: Entre parênteses, as porcentagens das populações urbanas e rurais.

As tendências dos movimentos migratórios a partir de 1980 se voltaram para o processo de urbanização. As regiões Sudeste e Nordeste, que apresentavam o maior contingente populacional, 52,5 milhões e 35,4 milhões respectivamente, mantiveram-se como as maiores regiões e um nível populacional de 80,3 milhões e 53,1 milhões, respectivamente. De acordo com a Tabela 2 a Região Centro-Oeste, com aproximadamente 14 milhões de pessoas, destaca-se por ser a menos populosa dentre as demais em 2010.

Em 1970, as Regiões Sudeste e Nordeste compreendiam 73,02% da população total do país, porcentagem essa que se manteve nos dados de 2010. Complementando essa análise, verifica-se que no período de 2000 a 2010 houve uma desaceleração no ritmo de crescimento populacional nas Regiões Sudeste, Nordeste e Sul. Em termos absolutos, a Região Sudeste teve um acréscimo populacional de aproximadamente 8 milhões de habitantes, no período de 2000 a 2010, sendo a Região que mais aumentou seu contingente populacional.

No período de 2000 a 2010, a Região Sudeste se destacou por ser a mais urbanizada dentre as outras, com 92,95% da população residente em áreas urbanas e apenas 7,05% da população residente em áreas rurais, seguida da Região Centro-Oeste com 88,79% da população residente em meios urbanos. As Regiões Norte e Nordeste destacaram-se por serem as Regiões menos urbanizadas do país, com 73,52% e 73,14%, respectivamente, da população residente em áreas urbanas.

A Região Nordeste, em 1970, tinha uma população rural de 16,7 milhões de pessoas, equivalente a 40,14% do total do País. Embora o número absoluto de pessoas residentes na zona rural tenha sido reduzido para 14,2 milhões em 2010, essa diminuição foi a um ritmo mais lento comparado ao resto do País. Dessa maneira, em 2010, o Nordeste apresenta uma parcela maior da população rural nacional (47,65%) do que em 1970 (40,14%). A população residente em áreas urbanas do Nordeste aumentou sua participação no total da população urbana do País de 22,68% em 1970 para 24,11%, em 2010, e no total da população urbana da Região de 41,78% em 1970 para 73,14% em 2010. O padrão de crescimento da Região se manteve de 2000 para 2010, e houve um acréscimo populacional de aproximadamente 5,4 milhões, atingindo um patamar histórico de 53,1 milhões de habitantes.

A Região Sul, por um longo tempo caracterizou-se por apresentar taxas de crescimento demográfico superiores à média nacional. Porém, a partir da década de

1970 houve uma tendência de ruptura com os padrões demográficos vigentes nas décadas anteriores, e passou a ser a região com menor crescimento populacional, dentre todas as regiões brasileiras. A principal causa foi a acentuada queda na taxa de crescimento do Paraná. Na verdade o Paraná por volta de 1970, deixou de ser uma área de atração e passou a representar uma área de expulsão, devido a modernização agrícola que contribuiu para acelerar o deslocamento das populações rurais para os centros urbanos do Sudeste, do próprio Sul e das regiões agrícolas pioneiras das regiões Norte e Centro-Oeste (BANDEIRA, 1995).

A partir da década de 1980 houve uma desconcentração industrial de São Paulo que modificou as características migratórias até então existentes. Esses novos padrões impõe uma diversidade de situações de deslocamentos populacionais no território nacional. As migrações pós 1980 deixam de ser em sua maioria do tipo campo-cidade e mostram um equilíbrio na distribuição populacional, verificando-se maior crescimento das cidades médias. Não só as migrações, mas também o perfil dos migrantes mudam, e passam a exibir melhor qualificação em função da sua origem urbana (LISBOA, 2008).

No período 1981/91 os padrões de migrações interestaduais sofrem algumas mudanças importantes de acordo com Brito (2000). O estado de São Paulo que antes era o maior receptor da população passa a ser o estado com maior evasão populacional, caracterizando as migrações de retorno. Outro destino tomado pelos emigrantes de São Paulo que não voltaram aos seus estados de origem foi o Paraná e Centro-Oeste. A emigração para as duas regiões de expansão da fronteira agrícola, o Centro-Oeste e o Norte, cresceu substancialmente nesse período. A origem dos imigrantes do Centro-Oeste situava-se nos estados do Paraná e São Paulo e na Região Nordeste. A Região Norte contava com a maioria de imigrantes do Nordeste, sobretudo do Maranhão, e o restante entre as regiões de expansão da fronteira.

Segundo Pacheco e Patarra (1998) os novos padrões de migrações no período pós 1980 indicou um cenário de inversão nos fluxos migratórios com uma tendência de convergência dos níveis de fecundidade e mortalidade. Com isso, o menor crescimento das metrópoles, o aumento das migrações a curta distância e das migrações de retorno configuram esse novo padrão migratório brasileiro.

Ainda de acordo com os autores a década de 1980 inicia-se com uma grande crise econômica na história do Brasil. Um nível elevado de desemprego e a

desindustrialização, provocados pela recessão culminaram na inversão dos fluxos migratórios da região metropolitana de São Paulo que passou de um saldo migratório positivo para um saldo migratório negativo. Essa desconcentração populacional provocada pela queda do desempenho industrial favoreceu os Estados da Bahia e de Minas Gerais e principalmente o Estado do Paraná, que nas décadas anteriores apresentou uma tendência expulsora da sua população. Ao mesmo tempo, a evolução da agricultura também colaborou para essa desconcentração, através do aumento da área cultivada no Centro-Oeste, na Bahia e no Paraná.

Uma das grandes novidades dos anos 1990 parece estar nas regiões Sudeste e Sul, devido a um declínio em termos absolutos e relativos do êxodo rural. Outra novidade importante vem da Região Norte, que nas duas décadas anteriores a 1990 foi principal atração de mão-de-obra e durante a década de 1990 assistiu uma perda populacional. Dessa maneira, os anos 1990 apontam para dois sentidos diferentes: por um lado, a região Nordeste e Centro-Oeste em que o êxodo rural ainda é muito significativo. Por outro, no Sudeste e no Sul onde houve uma emigração importante, não tiveram declínio significativo da população (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Segundo Brito e Carvalho (2010) em estudos para o Brasil da década de 2000, percebe-se que a Região Metropolitana de São Paulo mostra uma inversão nos padrões migratórios e apresenta um saldo migratório negativo¹¹ nesse período. Essa nova característica, segundo os autores, refere-se a uma queda no número total de imigrantes, principalmente os provenientes de outros Estados, e um grande aumento na emigração. O Estado de São Paulo caracteriza-se por ser o maior receptor de migrantes interestaduais durante várias décadas, quando no começo da década de 2000 se transforma no maior fornecedor de emigrantes para outros Estados.

Em linhas gerais, as evidências analisadas para o Brasil sugerem um processo de desruralização explicado principalmente pelo aumento da demanda por mão-de-obra nos centros urbanos e a mecanização da agricultura que contribuiu para a expulsão da mão-de-obra. Portanto, os dados dão consistência a hipótese de êxodo rural e aumento dos fluxos migratórios para os centros urbanos.

¹¹ Saldo migratório é igual a diferença entre imigrantes e emigrantes, em um determinado local. Assim, um saldo migratório negativo mostra uma diminuição da população e um saldo migratório positivo um aumento populacional.

2.2 POPULAÇÃO E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO ESTADO DO PARANÁ

No período de 1970-2010, a evolução do movimento migratório no Estado do Paraná se mostrou intensa e voltada para o processo de urbanização e êxodo rural. A Tabela 3 mostra os dados dos Censos Demográficos de 1970 até 2010 do IBGE. O Estado do Paraná atingiu, em 2010, uma população total de 10.444.526 habitantes, sendo que destes 85,33% residem em áreas urbanas e os outros 14,67% vivem em áreas rurais. Até a década de 1970 o Paraná possuía 63,60% de sua população residente em áreas rurais. A participação da população do Paraná no total da população brasileira vem apresentando um declínio desde os anos 1990, situando-se, em 2010, na ordem dos 5,5%, conforme a tabela A.1 em apêndice.

Tabela 3 – População total, urbana e rural do Paraná, 1970-2010

Ano	População			Participação da Pop. Urbana no Total da População (%)	Participação da Pop. Rural no Total da População (%)
	Total	Urbana	Rural		
1970	6.997.682	2.546.899	4.450.783	36,40	63,60
1980	7.749.752	4.566.755	3.182.997	58,93	41,07
1991	8.443.299	6.192.976	2.250.323	73,35	26,65
2000	9.558.454	7.781.664	1.776.790	81,41	18,59
2010	10.444.526	8.912.692	1.531.834	85,33	14,67

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata (2012).

Na década de 1970, as Regiões Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste eram as mais populosas do Estado, correspondendo a 47,51% do total de habitantes, conforme a Tabela 4. Esse padrão se manteve durante as décadas seguintes, e em 2010 representavam 64,63% do total de habitantes residentes no Estado.

A Região Metropolitana de Curitiba, de acordo com a Tabela 4, apresentou um incremento populacional de 2,4 milhões de habitantes de 1970 até 2010, e ganha destaque por ser a Região mais populosa do Paraná, seguido da região Norte Central e Oeste Paranaense. Cabe destaque às regiões Centro Oriental e Centro Sul Paranaenses, com expressivos aumentos populacionais no período analisado, porém uma baixa representatividade no total da população do Estado, 11,81%. As

Regiões Centro Ocidental Noroeste e Norte Pioneiro Paranaense se destacam por apresentarem uma redução populacional durante o período analisado.

Tabela 4 – População do Estado do Paraná segundo mesorregiões e a situação de domicílio, 1970-2010

Mesorregiões	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Centro Ocidental Paranaense	528.734	406.734	387.451	346.648	334.125
Urbana	100.630	169.054	236.216	251.525	268.168
Rural	428.104	237.680	151.235	95.123	65.957
Centro Oriental Paranaense	355.253	472.655	547.559	623.356	689.279
Urbana	182.924	287.516	404.605	506.227	583.792
Rural	172.329	185.139	142.954	117.129	105.487
Centro-Sul Paranaense	338.136	484.245	501.428	533.317	544.190
Urbana	81.433	183.732	241.766	324.571	365.030
Rural	256.703	300.513	259.662	208.746	179.160
Noroeste Paranaense	962.778	746.543	655.509	641.084	678.319
Urbana	252.888	360.967	441.840	495.342	565.721
Rural	709.890	385.576	213.669	145.742	112.598
Norte Pioneiro Paranaense	705.953	571.713	555.339	548.190	546.224
Urbana	209.378	271.050	357.019	411.731	436.958
Rural	496.575	300.663	198.320	136.459	109.266
Sudeste Paranaense	267.830	302.530	348.617	377.274	404.779
Urbana	75.021	114.473	154.004	202.084	237.119
Rural	192.809	188.057	194.613	175.190	167.660
Sudoeste Paranaense	446.360	521.269	478.126	472.626	497.127
Urbana	80.401	166.865	225.666	283.044	345.882
Rural	365.959	354.404	252.460	189.582	151.245
Oeste Paranaense	752.432	960.775	1.016.481	1.138.582	1.219.558
Urbana	148.101	484.661	728.448	929.092	1.044.091
Rural	604.331	476.114	288.033	209.490	175.467
Norte Central Paranaense	1.521.540	1.459.566	1.638.677	1.829.068	2.037.183
Urbana	607.806	964.473	1.334.375	1.617.547	1.866.574
Rural	913.734	495.093	304.302	211.521	170.609
Metropolitana de Curitiba	1.050.805	1.703.819	2.319.526	3.053.313	3.493.742
Urbana	765.671	1.469.715	2.074.014	2.764.921	3.199.357
Rural	285.134	234.104	245.512	288.392	294.385

Fonte: IPEA(2010), com base em informações do Censos Demográficos do IBGE.

A Mesorregião Norte Central Paranaense apresentou um expressivo processo de êxodo rural, visto que em 1970, cerca de 60% da população viviam em áreas rurais e em 2010, esse percentual se reduziu para 8,37%. É importante observar que, na década de 1980, o total da população residente em áreas rurais caiu nessa

região para 495,1 mil habitantes, o que corresponde a 33,92% da população total. O ritmo do crescimento populacional de 2000 para 2010 diminuiu, atingindo pouco mais de dois milhões de habitantes. Ademais, destaca-se como a segunda mais populosa do Estado.

Para Magalhães e Kleinke (2000), a dinâmica de crescimento populacional do Paraná tem a migração como ponto significativo e definidor do perfil de distribuição espacial da população no território. Os movimentos inter e intra-estaduais tem sido intensos, porém vem sofrendo algumas modificações ao longo do tempo. As transferências entre o meio rural e urbano (êxodo rural) estão cedendo lugar às transferências urbano-urbano.

As principais correntes migratórias do Estado se direcionam para a região metropolitana de Curitiba e a mesorregião Norte Central, polarizado por Londrina e Maringá. Os maiores municípios do complexo urbano do Norte Central (Maringá, Londrina, Apucarana, Sarandi e Arapongas) vêm aumentando a participação no total da população paranaense (MAGALHÃES E KLEINKE, 2000).

De acordo com a tabela 5, o processo de adensamento populacional do Paraná apresenta características diferentes das notadas em décadas passadas. Com uma taxa de crescimento geométrico¹² de 0,89%, o Paraná continuou com o processo de urbanização e passou para 85,3% de população residente em áreas urbanas em 2010. As mesorregiões do Estado continuaram com um crescente grau de urbanização, mesmo para a região Centro-Ocidental e Norte Pioneiro, que apresentaram uma taxa de crescimento geométrico negativa. A mesorregião metropolitana de Curitiba que em 2000 apresentava o maior grau de urbanização do Estado foi alcançada pela Região Norte Central em 2010.

De acordo com as últimas décadas, o Estado passa de um total de 288 municípios em 1970, para 399 em 2000 e 2010. Para uma melhor análise do adensamento populacional no Paraná, foi realizada uma análise considerando os municípios e sua população, porém agregados por mesorregiões, conforme as tabelas 6 e 7.

Observa-se que, a organização do território Paranaense sofreu uma expressiva fragmentação municipal. O Estado do Paraná apresenta um elevado

¹² Fórmula usada para o cálculo da taxa de crescimento geométrico conforme: $r_g = \left(\sqrt[t]{\frac{P_{final}}{P_{inicial}}} \right) - 1$

número de municípios no estrato de 0 a 20 mil habitantes, porém uma baixa participação de cada um no total da população. Percebe-se uma concentração da população em três principais mesorregiões do Estado; Metropolitana de Curitiba, Norte-Central e Oeste Paranaense, responsáveis por 62,96% da população total do Estado. No período analisado, os estratos entre 0 e 50 mil habitantes concentram o maior número de municípios, com aproximadamente 93% desde 1970.

Tabela 5 – Grau de Urbanização e Taxa de crescimento geométrico, por mesorregiões, 2000-2010

Estado e Mesorregiões	Grau de Urbanização		Taxa anual de crescimento geométrico
	2000	2010	
Paraná	81,4	85,3	0,89
Noroeste Paranaense	77,3	83,4	0,57
Centro Ocidental Paranaense	72,6	80,3	-0,37
Norte Central Paranaense	88,4	91,6	1,08
Norte Pioneiro Paranaense	75,1	80,0	-0,04
Centro Oriental Paranaense	81,2	84,7	1,01
Oeste Paranaense	81,6	85,6	0,69
Sudoeste Paranaense	59,9	69,6	0,51
Centro-Sul Paranaense	60,9	67,1	0,2
Sudeste Paranaense	53,6	58,6	0,71
Metropolitana de Curitiba	90,6	91,6	1,36

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata (2012).

No ano de 2000, o percentual da população residente em municípios com mais de 50 mil habitantes atingiu 55,91% do total da população, enquanto que em 2010 aumentou para 59,34. Houve redução da população residente em todos os estratos entre 0 e 50 mil habitantes no período analisado. O Norte Pioneiro é a única região do Estado que não possui municípios com mais de 50 mil habitantes.

Portanto, observa-se que de 2000 para 2010 ocorreu tanto um aumento no número de municípios com mais de 10 mil habitantes, quanto da população residente em municípios com mais de 50 mil habitantes¹³.

¹³ Ressalta-se que em 2000 haviam 30 municípios nessa categoria (Campo Mourão, Castro, Telêmaco Borba, Ponta Grossa, Guarapuava, Fazenda Rio Grande, Piraquara, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Pinhais, Araucária, Paranaguá, Colombo, São José dos Pinhais, Curitiba, Cianorte, Paranavaí, Umuarama, Sarandi, Cambé, Arapongas, Apucarana, Maringá, Londrina, Toledo, Foz do Iguaçu, Cascavel, Irati, Pato Branco e Francisco Beltrão). No ano de 2010, mais dois municípios (Rolândia e União da Vitória) ultrapassaram os 50 mil habitantes.

Tabela 6 – Número de Municípios por Mesorregiões paranaenses, segundo a população residente (mil), e a participação dos municípios no total da população *

Mesorregiões	Número de Municípios				
	Total	0 a 10	10 a 20	20 a 50	50 mais
2000					
	25	12	10	2	1
Centro-Occidental	(3,62)	(0,77)	(1,46)	(0,55)	(0,84)
	14	2	3	6	3
Centro-Oriental	(6,51)	(0,18)	(0,53)	(1,63)	(4,17)
	29	13	10	5	1
Centro-Sul	(5,58)	(0,81)	(1,51)	(1,64)	(1,62)
	37	9	11	7	10
Metropolitana	(31,93)	(0,64)	(1,77)	(2,16)	(27,36)
	61	46	11	1	3
Noroeste	(6,7)	(2,58)	(1,57)	(0,21)	(2,34)
	79	50	14	9	6
Norte-Central	(19,12)	(2,64)	(2,12)	(2,98)	(11,38)
	46	28	11	7	0
Norte Pioneiro	(5,80)	(1,78)	(1,60)	(2,42)	(0,00)
	50	27	13	7	3
Oeste	(11,91)	(1,57)	(1,83)	(2,21)	(6,30)
	21	7	9	4	1
Sudeste	(3,95)	(0,47)	(1,30)	(1,63)	(0,55)
	37	22	10	3	2
Sudoeste	(4,87)	(1,25)	(1,48)	(0,79)	(1,35)
2010					
	25	12	10	2	1
Centro-Occidental	(3,19)	(0,60)	(1,28)	(0,48)	(0,83)
	14	1	4	6	3
Centro-Oriental	(6,60)	(0,10)	(0,65)	(1,56)	(4,29)
	29	13	10	5	1
Centro-Sul	(5,2)	(0,68)	(1,32)	(1,60)	(1,60)
	37	7	10	10	10
Metropolitana	(33,45)	(0,44)	(1,46)	(2,86)	(28,69)
	61	43	12	3	3
Noroeste	(6,49)	(2,08)	(1,41)	(0,59)	(2,41)
	79	46	17	9	7
Norte-Central	(19,51)	(2,04)	(2,14)	(2,63)	(12,7)
	46	27	12	7	0
Norte Pioneiro	(3,51)	(1,49)	(1,57)	(0,45)	(0,00)
	50	27	12	8	3
Oeste	(11,66)	(1,41)	(1,52)	(2,40)	(6,33)
	21	6	10	3	2
Sudeste	(3,87)	(0,36)	(1,34)	(1,13)	(1,04)
	37	21	12	2	2
Sudoeste	(4,69)	(1,00)	(1,69)	(0,55)	(1,45)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000, 2010). * Os números entre parênteses correspondem à proporção da população residente em cada grupo de municípios.

Vale ressaltar, como se percebe na Tabela 7, que o Paraná no ano 2000 apresentava 41,65% de sua população residente em municípios com mais de 100

mil habitantes, enquanto que em 2010 esse número subiu para 49,32%. O número de municípios se manteve o mesmo no período, porém houve uma realocação de acordo com a classificação em cada categoria.

Tabela 7 – Distribuição da População por classe e número de municípios, 2000-2010

Tamanho dos Municípios (em mil hab)	2000			2010		
	Município		População	Município		População
	Número	%	%	Número	%	%
Total	399	100	100	399	100	100
5 a 10	121	30.32	9.09	105	26.32	6.86
10 a 20	102	25.57	15.19	109	27.32	14.38
20 a 50	51	12.78	16.27	55	13.78	16.06
50 a 100	18	4.51	14.28	14	3.51	10.03
100 ou mais	12	3	41.65	18	14.51	49.32

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata (2012).

Os municípios entre 5 e 10 mil habitantes eram os mais numerosos em 2000, porém com uma baixa representatividade no contingente populacional do Estado. Em 2010, percebe-se um crescimento dos municípios entre 10 e 20 mil habitantes e uma queda para os municípios de 5 a 10 mil. Os municípios classificados entre 0 e 5 mil habitantes teve um aumento na sua participação absoluta, contudo a participação no total da população reduziu, o mesmo ocorreu com a classificação dos municípios entre 10 e 20 mil habitantes. Desse modo, fica evidente o esvaziamento dos municípios menores.

Para Moura *et al.* (2011), com análise feita a partir do Censo de 2010, o Paraná apresenta três grandes regiões de adensamento populacional. A contínua concentração econômica, política e populacional observada na aglomeração Metropolitana de Curitiba, destaca-se como a primeira região de concentração, estendendo-se de Paranaguá até Ponta Grossa. O segundo espaço compreende a região que se alonga no norte-central, polarizado por Londrina e Maringá, e o terceiro e último espaço se projeta no Oeste, a partir de Cascavel, direcionando-se para Foz do Iguaçu.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

3.1 BASE DE DADOS

Os dados utilizados no estudo foram obtidos da Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílio (PNAD) 2011, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As variáveis escolhidas para a realização do trabalho foram: sexo, cor/raça, experiência, anos de estudo, tipo de ocupação no trabalho, área de residência e situação na família, conforme tabela A.2 do apêndice.

Para o trabalho será considerado migrante retornado o indivíduo natural do Estado do Paraná e declarou ter morado em outra Unidade da Federação numa data anterior. O imigrante, migrante ou migrante não retornado é aquele indivíduo que declarou ter nascido em outra Unidade da Federação, que não o Estado do Paraná, na data da entrevista.

A identificação dos migrantes não retornados, retornados e não migrantes se deu através do cruzamento das informações referentes ao estado de nascimento, estado de residência, experiência de migração interestadual e tempo de residência no estado. Vale ressaltar que a amostra inclui apenas os trabalhadores com idade entre 18 e 70 anos. O rendimento do indivíduo é obtido com base no rendimento do trabalho principal.

Foram excluídos da amostra os indivíduos que não responderam a parte da pesquisa relacionada à migração, os indivíduos declarados estrangeiros, os que tem menos de 18 anos ou mais de 70 anos, além daqueles que não declararam alguma característica pessoal (idade, ocupação no trabalho, etc.). O recorte na amostra é necessário para excluir os indivíduos que por algum motivo não tem condições de migrar. Dessa maneira, a amostra final é composta por 7.914 pessoas, correspondendo a uma população estimada de 4.713.190 indivíduos, de acordo com a pesagem utilizada pela PNAD para cada pessoa entrevistada.

3.2 MÉTODOS

O objetivo do trabalho é analisar os diferenciais de rendimento entre os não migrantes, migrantes não retornados (imigrantes) e migrantes de retorno,

notadamente por meio da estimação de uma equação de rendimento obtida de duas formas. Inicialmente, a equação de rendimentos, empregada pelo método de mínimos quadrados ordinários (M.Q.O) é dada por:

$$\text{Ln}W_i = \beta \mathbf{x} + \mu_i \quad (5)$$

Em que W é o rendimento/hora dos indivíduos, \mathbf{x} representa o vetor de variáveis explicativas: sexo, raça, experiência, níveis de educação, setores de ocupação, filiação sindical, residência setorial e residência metropolitana, retornado e imigrante, descritas na Tabela A.2, no apêndice, β é o vetor dos parâmetros e μ o erro aleatório.

Além dessa estimação tradicional, é utilizado também o procedimento adotado por Lee (1983) em duas etapas, para corrigir eventuais problemas de viés de seleção. A equação de seleção, primeira etapa, é estimada com base no modelo logíte multinomial, que permite considerar a probabilidade de o indivíduo ser selecionado na amostra o que torna a equação de rendimentos mais consistente.

O modelo logíte para múltiplas escolhas é uma generalização dos modelos binários. Esse tipo de escolha pode ser classificado em ordenado ou não ordenado. O logíte multinomial é representado por uma variável dependente nominal (não-ordenada) com mais de duas categorias.

Dessa maneira, para a elaboração das equações de rendimento e da equação de seleção (equações que influenciam na decisão de migrar) foram utilizadas as seguintes variáveis: sexo, raça, experiência, níveis de educação, setores de ocupação, filiação sindical, residência setorial e residência metropolitana. Todavia, algumas variáveis fazem referência apenas ao modelo de equação de seleção (logíte multinomial), a saber: total de moradores no domicílio, estado conjugal, condição na família como chefe e filho.

Logo, calculou-se o impacto de cada variável na probabilidade do migrante estar em três categorias e, conforme Greene (2003) tem-se:

$$\text{Prob}(Y_i = j) = P_j = \frac{e^{\beta_j x_i}}{\sum_{k=1}^4 e^{\beta_k x_i}}, \quad j = 1, 2, 3. \quad (6)$$

Em que, na categoria 1, com $Y_i = 1$, está o não migrante; na Categoria 2, com $Y_i = 2$, encontra-se o imigrante; faz parte da Categoria 3, $Y_i = 3$, o migrante

retornado. Neste trabalho, optou-se por deixar como categoria base o não migrante, em que $Y_i = 1$.

A partir dessas equações estimadas é possível computar três termos de correção para o viés de seleção, a saber:

$$\lambda_j \equiv \frac{\phi(F^{-1}(\hat{P}_j))}{\hat{P}_j} \quad (7)$$

em que $j=1,2,3$. Assim, se $j=1$ corresponde aos não migrantes, $j=2$ os imigrantes, $j=3$ migrantes de retorno, ϕ é a função de densidade normal, F^{-1} a função de densidade normal acumulada e \hat{P}_j a probabilidade predita da escolha j (RAMALHO e QUEIROZ, 2011).

Na segunda etapa do procedimento de Lee (1983) é estimada uma equação de rendimento para cada condição no mercado de trabalho incluindo o termo de correção descrito em (7).

Para melhor compreensão dos dados são apresentadas as taxas relativas de risco (TRR) que mostram as razões da probabilidade de o evento ocorrer, tendo a categoria não-migrante como base (omitida). Dessa maneira, o valor da chance relativa de arbitrar é calculado por meio da equação $(TRR-1)*100$, sendo obtido em termos percentuais o valor final.

Em seguida, para avaliar o quanto dos diferenciais salariais pode ser explicado por diferenças nas variáveis observadas (características dos indivíduos) ou nos atributos não observados (coeficientes) utiliza-se a decomposição proposta por Oaxaca (1973) e Blinder (1973). Esta decomposição utiliza os coeficientes obtidos nas equações de rendimento para separar parte do diferencial de rendimento explicada pela diferença entre os parâmetros (atributos não observados) daquela referente às desigualdades de dotações produtivas entre dois grupos selecionados da população da amostra (atributos observados) e pode ser apresentada em duas etapas. Na primeira, estima-se as equações de rendimento e, na segunda, calcula-se a diferença entre as duas equações nos pontos médios das variáveis, e obtém-se a seguinte expressão:

$$\ln W_j - \ln W_k = \bar{X}_k (\hat{\beta}_j - \hat{\beta}_k) + \hat{\beta}_j (\bar{X}_j - \bar{X}_k) \quad (8)$$

Em que $\ln W_j - \ln W_k$ é a diferença dos rendimentos médios. O primeiro termo é a parte da diferença de rendimentos que se deve às mudanças nos coeficientes, ou seja, refere-se aos atributos não observados da amostra. Assim se for positiva, o atributo passou a ser mais valorizado, que corresponde à parcela não explicada pela diferença de atributos. O segundo termo corresponde ao diferencial explicado e se deve às diferenças de características dos indivíduos em cada categoria, também denominado de efeito composição.

Por fim, é estimado o rendimento factual e contrafactual auferido pelos paranaenses que não migraram e os que migraram e retornaram. O retorno econômico ou os ganhos à migração é calculado a partir da diferença entre as estimativas dos rendimentos factuais e contrafactuais. Assim, os valores positivos do retorno econômico indicam vantagem para a categoria base, enquanto que os valores negativos o oposto. Os rendimentos contrafactuais são obtidos considerando os coeficientes estimados nas regressões com os termos de correção para o viés de seleção na categoria analisada e as características dos indivíduos na categoria factual.

3.3 ANÁLISE DESCRITIVA

O Estado do Paraná vem apresentando novas tendências no movimento migratório de indivíduos retornados. A partir dos dados da PNAD do ano de 2011, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), é possível identificar os padrões recentes da imigração, emigração e dos migrantes de retorno, conforme a Tabela 8. Foram considerados dois conceitos de migrante. Inicialmente, considerando-se migrante acumulado como aqueles que na data da entrevista afirmaram residir em outro estado que não o de sua naturalidade. O migrante retornado é aquele que afirmou residir no estado de nascimento na data da pesquisa, porém declarando que já residiu em outro estado; Posteriormente, na Tabela 9 é analisado o migrante de curto prazo que é aquele que declarou ter até cinco anos de domicílio em um estado que não o de nascimento. No caso do migrante retornado, nesta segunda concepção, o estado de residência na data da entrevista é o de naturalidade.

De acordo com a Tabela 8, pode-se observar os imigrantes, emigrantes, migrantes retornados e saldo migratório¹⁴ do Estado do Paraná. Os dados revelam um paraná com aproximadamente 630 mil migrantes retornados ou o equivalente a 6,11% da população economicamente ativa ocupada.

A princípio é possível observar que o Estado do Paraná é responsável por atrair 1,6 milhão de pessoas de todas as grandes regiões brasileiras, e emitir 805,6 mil pessoas. Igualmente, o número de migrantes retornados corresponde a 630,8 mil.

Tabela 8 – Migrantes de retorno, Imigrantes, Emigrantes e Saldo Migratório – Estoques Acumulados, Paraná

Região	Imigrantes	Emigrantes	Migrantes de Retorno	Saldo Migratório
NO	16.464 2,04%	135.429 8,45%	28.116 4,46%	-118.965
NE	84.553 10,50%	23.300 1,45%	19.431 3,08%	61.253
SE	349.584 43,39%	792.813 49,49%	274.947 43,58%	-443.229
SUL	306.860 38,09%	345.526 21,57%	188.576 29,89%	-38.666
CO	48.147 5,98%	304.844 19,03%	119.795 18,99%	-256.697
TOTAL	805.608 100%	1.601.912 100%	630.865 100%	-796.304

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2011.

Observação: Os resultados foram expandidos para a população.

A Região Sudeste destaca-se por atrair o maior número de paranaenses, com um total de 792,8 mil ou o equivalente a 49,49% do total de imigrantes. Quanto aos emigrantes a região Sudeste possui cerca de 43,39% do total de emigrantes para o Estado do Paraná. Neste sentido, o saldo migratório negativo destaca que a maioria da população emigrante para o Estado do Paraná tem como origem a região Sudeste. Dos migrantes de retorno, aproximadamente 274,9 mil ou um percentual de 43,58% do total de remigrados estão voltando para a região Sudeste.

Note-se que a região Sudeste apresenta o maior número de emigrantes, pois de acordo com Rego e Yokoo (2011) o povoamento da Região Norte do Estado do Paraná se deu pelos mineiros e paulistas ligados à atividade cafeeira.

¹⁴ O saldo migratório corresponde a diferença entre imigrantes e emigrantes.

A Região Norte conta com pouca participação do total de imigrantes no Estado do Paraná, com aproximadamente 2,04% do total de imigrados, o que mostra um total desinteresse da população da região Norte em migrar para o Estado.

Quanto às demais regiões, o Nordeste é responsável por atrair 1,45% do total de emigrantes paranaenses, o que mostra um desinteresse da população paranaense em emigrar para a Região. Já os imigrantes, percebe-se que 10,5% do total de imigrantes tiveram como destino o Estado do Paraná. O Centro-Oeste apresentou o segundo maior saldo migratório negativo com 256,7 mil, ou seja, mais paranaenses migraram para a Região Centro-Oeste em relação aos indivíduos da Região Centro-Oeste que migraram para o Paraná, e um total de 119,7 mil migrantes retornados, ou seja, 18,99% dos migrantes retornados estão voltando para a região Centro-Oeste.

Assim, é possível observar que as regiões Sudeste e Sul são as principais receptoras de migrantes retornados e imigrantes. No âmbito do movimento migratório, as regiões Norte e Nordeste são pouco representativas para uma análise do estado do Paraná.

A Tabela 9 retrata os migrantes que declararam na data da pesquisa possuir até cinco anos de domicílio em um estado que não o de nascimento. No caso do migrante retornados, nesta segunda concepção, o Estado de residência na data da entrevista é o de naturalidade. Dessa maneira, busca-se comparar as tendências mais recentes da migração de retorno em relação à análise anterior, com os estoques acumulados.

Ao analisar o saldo migratório para migrantes com até nove anos de residência com aquele observado para migrantes acumulados (Tabela 8), se verifica que o mercado de trabalho paranaense ficou mais atraente e passou a atrair mais indivíduos. Observa-se que, em relação ao total da população estimada nas três categorias, os migrantes retornados aumentam seu percentual para 33,9% desse total; os imigrantes também apresentam a mesma tendência de crescimento para 26,8% e, por fim, a saída de paranaense para trabalhar em outros estados se reduz para 39,3%. Portanto, os imigrantes e os retornados passam a representar 60,2% do fluxo migratório no período mais recente, enquanto em relação ao estoque acumulado alcançavam 47,3%.

Tabela 9 – Paraná: Migrantes de Retorno, Imigrantes, Emigrantes e Saldo Migratório – até cinco anos de residência

Região	Imigrantes	Emigrantes	Migrantes de Retorno	Saldo Migratório
NO	3.332	18.151	4.254	-14.819
	1.84%	6.82%	1.85%	
NE	26.368	10.556	2.451	15.812
	14.57%	3.97%	1.07%	
SE	80.717	82.254	94.54	-1.537
	44.60%	30.93%	41.28%	
SUL	56.379	97.623	80.922	-41.244
	31.15%	36.71%	35.33%	
CO	14.154	57.31	46.833	-43.156
	7.82%	21.55%	20.45%	
TOTAL	180.95	265.894	229	-84.944
	100%	100%	100%	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2011.

Observação: Os resultados foram expandidos para a população.

No entanto, todas as regiões mostraram um padrão de migração similar nas duas análises, considerando o saldo migratório, em que apenas com relação à Região Nordeste o Paraná tem saldo positivo. Todavia, pode-se destacar a redução da proporção de retornados das regiões Norte, Nordeste e Sudeste e o aumento nas duas demais. A região Sudeste continua como principal destino dos paranaenses apresentando leve redução em relação à analisada da Tabela 8.

A Tabela 10 fornece informações sobre as variáveis utilizadas nos modelos, que influenciam na decisão de migrar e na determinação de rendimentos. Assim, as variáveis foram analisadas para os indivíduos ocupados no mercado de trabalho paranaense considerando três categorias: não-migrante, imigrante e migrante de retorno.

Em geral, considerando o número de observações da Tabela 10, pode-se observar que do total de observações analisadas na amostra, cerca de 70% são não-migrantes, 17% de migrantes não retornados (imigrantes) e o restante são os migrantes retornados.

Dessa maneira, é possível verificar que os homens são maioria no mercado de trabalho, sobretudo para os imigrantes. Quanto a variável raça, o branco representa em média 70% do total de trabalhadores. Com relação aos indivíduos escolarizados a categoria de 11 a 14 anos de estudo é a mais representada com

média de 37% no total da população ocupada. Ainda cabe destaque que, a maior proporção de indivíduos com 15 anos ou mais de estudos esta entre os migrantes não retornados com um total de 16%. Nota-se que em média, apenas 5% da população ocupada possuem menos de um ano de estudo e analfabetos no mercado de trabalho paranaense.

Tabela 10 – Estatísticas descritivas dos migrantes

Variável	Não Migrante		Migrante não retornado		Migrante de retorno		Total	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Homem	0,57	0,49	0,62	0,48	0,58	0,49	0,58	0,49
Branco	0,71	0,46	0,69	0,46	0,68	0,47	0,70	0,46
Experiencia	22,11	13,62	31,26	15,88	25,01	12,72	24,06	14,33
Experiencia ²	674,21	724,87	1229,29	1003,80	787,17	704,03	784,20	803,72
Estudo 1 a 4	0,14	0,34	0,24	0,43	0,14	0,35	0,16	0,36
Estudo 5 a 10	0,29	0,45	0,25	0,43	0,35	0,48	0,29	0,45
Estudo 11 a 14	0,40	0,49	0,29	0,45	0,35	0,48	0,37	0,48
Estudo 15 ou +	0,13	0,33	0,16	0,37	0,11	0,32	0,13	0,34
Empregado com carteira	0,53	0,50	0,46	0,50	0,51	0,50	0,51	0,50
Funcionário público	0,07	0,26	0,09	0,29	0,07	0,26	0,08	0,26
Autônomo	0,19	0,39	0,25	0,43	0,22	0,42	0,21	0,40
Empregador	0,05	0,21	0,06	0,24	0,05	0,22	0,05	0,22
Sindicato	0,19	0,39	0,20	0,40	0,21	0,41	0,19	0,40
Urbano	0,89	0,31	0,89	0,31	0,90	0,30	0,89	0,31
Metrópole	0,33	0,47	0,33	0,47	0,24	0,43	0,32	0,47
Chefe	0,48	0,50	0,59	0,49	0,57	0,49	0,51	0,50
Morador	3,54	1,38	3,27	1,43	3,50	1,36	3,49	1,39
Casado	0,66	0,47	0,73	0,44	0,72	0,45	0,68	0,47
Casado mulher	0,26	0,44	0,24	0,43	0,28	0,45	0,26	0,44
Filho menor	0,42	0,49	0,31	0,46	0,44	0,50	0,40	0,49
Indústria	0,20	0,40	0,18	0,38	0,20	0,40	0,19	0,40
Construção	0,09	0,28	0,09	0,28	0,10	0,30	0,09	0,29
Comércio	0,62	0,49	0,62	0,49	0,61	0,49	0,62	0,49
Observações população estimada	5.521		1.355		1.038		7.914	
	3.276.717		805.608		630.865		4.713.190	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2011.

Nota: DP- Desvio Padrão.

Em relação a variável experiência, observou-se que os indivíduos ocupados têm em média 24 anos, porém para a categoria dos imigrantes essa média é de aproximadamente 31 anos de idade, enquanto para os migrantes retornados foi de

25 anos. Esses resultados embora não estejam de acordo com o esperado pela literatura sobre migração, na qual se verifica uma maior proporção de jovens, corrobora com os resultados do trabalho de Siqueira *et al.* (2006), que observou que os migrantes de retorno são pessoas mais velhas e com baixa escolaridade.

Entre os imigrantes e migrantes de retorno os chefes de família e os casados estão com uma proporção maior, quando comparados aos não migrantes, o que sugere que a maior responsabilidade pode ser um incentivo à migração. A média para indivíduos residentes em áreas urbanas se manteve praticamente igual para as categorias analisadas, porém em relação a metrópole observou um menor índice para os migrantes de retorno, portanto é maior o retorno para regiões não metropolitanas.

Com relação à posição na ocupação, destaca-se que entre os imigrantes há uma menor proporção de empregados com carteira de trabalho e maior de autônomos. Os sindicalizados representam cerca de 20% nas três categorias e o comércio se constitui no principal setor de ocupação, com um pouco mais de 60% dos trabalhadores.

Assim, as estatísticas descritivas mostram que pode haver diferenças de seletividade quando se consideram as características observadas dos indivíduos e a categoria a qual este se enquadra. No entanto, os resultados são apenas evidências iniciais e auxiliam o estudo posterior de determinação de rendimentos e decisão de migração, feitos na próxima seção.

4 DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO NO MERCADO DE TRABALHO PARANAENSE

Nesta seção, com o intuito de se investigar os determinantes dos rendimentos dos migrantes, são apresentados inicialmente a estimativa da primeira etapa do procedimento de Lee (1983), que se constitui na estimação do modelo logíte multinomial, que fornece a probabilidade de ser migrante ou migrante de retorno, tomando como base os não migrante. Em seguida, é apresentada a estimativa da equação de rendimentos (5), para todos os indivíduos ocupados com no mercado de trabalho, neste caso se incluiu duas variáveis binárias para diferenciar os migrantes e os migrantes de retorno dos não migrantes. A segunda etapa do procedimento de Lee (1983) é discutida na sequência, em que são estimadas equações de rendimento para cada categoria de indivíduo ocupado. Com base nessas estimativas também é apresentada a decomposição de Oaxaca, buscando identificar a fonte dos diferenciais de rendimento. Por fim, os rendimentos factuais e contrafactuais, por nível de qualificação, dos paranaenses não migrantes e migrantes de retorno, também são comparados.

A Tabela 11 reporta os resultados da estimação do modelo logíte multinomial, conforme equação (6), para o Estado do Paraná. São apresentados os coeficientes estimados a partir da forma reduzida do modelo, e para facilitar a compreensão são apresentadas as taxas relativas de risco (TRR).

É possível verificar que os homens apresentam maiores chances de migrar comparado às mulheres, tanto para migrantes retornados, 4,20% maiores, quanto para migrantes não retornados, 19,95% maiores. Na comparação da raça podemos perceber uma desvantagem dos brancos em migrar para as duas categorias.

Quanto às características relacionadas ao estoque individual de capital humano, percebe-se a importância desta característica na alocação ocupacional do migrante. Neste sentido, com relação a educação, nota-se que conforme o nível de escolaridade aumenta, a probabilidade do indivíduo migrar também aumenta. Por exemplo, um trabalhador com 15 anos ou mais de estudo registra uma chance relativa de ser migrante retornados ou migrante não retornados aumentado em 31,59 pontos percentuais (p.p.) e 310,30 p.p., respectivamente.

Os trabalhadores ocupados com carteira de trabalho assinada, autônomo ou empregadores têm maiores chances de migrar comparado àqueles empregados

sem carteira de trabalho assinada e os não empregadores. Por outro lado, os funcionários públicos registram redução de 11,73 p.p na chance de ser migrante retornado, e elevação de 4,32 p.p. na chance de ser migrante não retornado. Para os trabalhadores filiados a um sindicato, apenas para os migrantes retornados apresentou chances de arbitrar.

Tabela 11 - Determinantes da migração interestadual – modelo *lógite multinomial*, Paraná

	Migrante Retornado		Migrante não retornado	
	Coeficientes	TRR	Coeficientes	TRR
Homem	0,0339 (0,0054)	1,0420 (0,1385)	0,1871 (0,0050)	1,1995 (0,1465)
Branco	-0,1191 (0,0030)	0,8902 (0,0668)	-0,1804 (0,0029)	0,8239 (0,0584)
Experiencia	0,0583 (0,0004)	1,0592 (0,0111)	-0,0030 (0,0003)	0,9975 (0,0087)
Experiencia 2	-0,0008	0,9992 (0,0001)	0,0009	1,0009 (0,0001)
Estudo 1 a 4	0,1385 (0,0073)	1,1196 (0,2057)	0,5293 (0,0064)	1,6900 (0,2722)
Estudo 5 a 10	0,3906 (0,0071)	1,4790 (0,2636)	0,6424 (0,0069)	1,9414 (0,3321)
Estudo 11 a 14	0,1999 (0,0074)	1,2387 (0,02293)	0,7900 (0,0073)	2,2361 (0,4031)
Estudo 15 ou +	0,2410 (0,0084)	1,3159 (0,2746)	1,3801 (0,0079)	4,1030 (0,7972)
Empregado com carteira	0,0593 (0,0042)	1,0591 (0,1111)	0,0963 (0,0040)	1,0776 (0,1069)
Funcionário Público	-0,1093 (0,0067)	0,8827 (0,1472)	0,0781 (0,0060)	1,0432 (0,1535)
Autonomo	0,1259 (0,0048)	1,1253 (0,1346)	-0,0024 (0,0045)	0,9968 (0,1108)
Empregador	-0,0174 (0,0074)	0,9948 (0,1823)	0,0254 (0,0065)	1,0045 (0,1615)
Sindicato	0,0792 (0,0035)	1,0903 (0,0959)	-0,0336 (0,0033)	0,9729 (0,0796)
Urbano	0,3106 (0,0048)	1,3775 (0,1679)	0,2384 (0,0045)	1,2893 (0,1463)
Metrópole	-0,4968 (0,0032)	0,6075 (0,0459)	0,0176 (0,0028)	1,0128 (0,0672)

(continua)

(continuação)

	Migrante Retornado		Migrante não retornado	
	Coefficientes	TRR	Coefficientes	TRR
Chefe	-0,0086 (0,0010)	0,9902 (0,0262)	-0,0568 (0,0011)	0,9451 (0,0258)
Morador	0,3058 (0,0037)	1,3627 (0,1248)	0,0396 (0,0034)	1,0382 (0,0867)
Casado	-0,0653 (0,0050)	0,9483 (0,1172)	0,0959 (0,0045)	1,0892 (0,1205)
Casado Mulher	0,2547 (0,0071)	1,2967 (0,2284)	0,0907 (0,0065)	1,1040 (0,1776)
Filho	0,0327 (0,0033)	1,0301 (0,0857)	-0,0297 (0,0032)	0,9895 (0,0781)
Intercepto	-2,9725 (0,01144)		-3,0856 (0,0105)	
Número da Amostra		7.914		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2011.

Obs.: Entre parênteses os desvios-padrão robustos a heterocedasticidade.

Notas: *** Estatisticamente significativa a 1%. ** Estatisticamente significativa a 5%. * Estatisticamente significativa a 10%.

Dessa maneira, conforme apontam os dados para o Paraná, as chances de ser migrante retornado e migrante não retornado são elevadas para indivíduos residentes em áreas urbanas, enquanto que na metrópole as chances de ser migrante retornado diminuem em 40,25 p.p., e de ser migrante não retornado aumentam em 1,28p.p. Em outras palavras, percebe-se que os indivíduos residentes em cidades que não se encaixe como Metrôpoles, apresentam maiores chances de arbitrar.

Há, também, as mulheres que vivem com cônjuge e o total de moradores no domicílio, que registram maiores chances de migrar, sobretudo, para a migração de retorno. Neste sentido, as variáveis chefe de família, homem que vive com cônjuge e presença de filho menor de 14 anos, apresentaram distorções das referidas chances.

Conforme pode ser constatado na Tabela 12, o imigrante é positivamente selecionado em comparação ao migrante de retorno para uma análise sem correção para viés de seleção na amostra. Quanto à comparação com a categoria base (não migrante), nota-se um diferencial de rendimento positivo do migrante retornado e do imigrante. Assim, as variáveis que apresentaram maiores médias foram: indivíduos

com no mínimo ensino médio completo (estudo de 11 a 14 anos), funcionário público e empregador.

Tabela 12 – Estimativa para a equação de rendimentos, Paraná

Variável	Coefficiente	Desvio Padrão
Homem	0,2710***	0,0151
Branco	0,1286***	0,0142
Experiência	0,0253***	0,0019
Experiência ²	-0,0003***	0,0000
Estudo 1 a 4	0,0608	0,0419
Estudo 5 a 10	0,1997***	0,0410
Estudo 11 a 14	0,4629***	0,0426
Estudo 15 ou +	1,0981***	0,0475
Empregado com carteira	0,1071***	0,0204
Funcionário público	0,4002***	0,0325
Autônomo	0,1950***	0,0270
Empregador	0,7859***	0,0469
Sindicato	0,1443***	0,0174
Indústria	0,0981***	0,0372
Construção	0,0573**	0,0390
Comercio	0,1250***	0,0369
Urbano	0,1422***	0,0284
Metro	0,2011***	0,0141
Retornado	0,0464***	0,0211
Imigrante	0,1116***	0,0202
Intercepto	0,2950***	0,0559

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2011.

Notas: *** Estatisticamente significativa a 1%. ** Estatisticamente significativa a 5%.

* Estatisticamente significativa a 10%.

Em geral, percebe-se que com o aumento do nível de escolaridade, os coeficientes das equações de rendimentos também aumentam, indicando maior remuneração para níveis superiores de estudo. Dentre os setores de trabalho, ocupados pelos indivíduos, autônomos e empregadores apresentaram os maiores coeficientes dentre os setores analisados, o que indica maior remuneração para estes setores. O setor de comércio apresentou maior índice diante da Indústria e Construção.

As informações contidas na Tabela 13 mostram as equações de rendimentos com e sem correção para potencial viés de seleção na amostra. As equações não corrigidas foram estimadas pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários,

enquanto que as equações corrigidas, elaboradas através de duas etapas, consideram as variáveis de correção λ_1 , λ_2 e λ_3 , computadas em primeiro estágio.

Tabela 13 - Regressões de rendimentos por condição de migração com e sem correção para viés de seleção na amostra, Paraná

	Não Migrante		Migrante de retorno		Migrante não retornado	
	Não Corrigida	Corrigida	Não Corrigida	Corrigida	Não Corrigida	Corrigida
Homem	0,2564 (0,0177)	0,2402 (-0,0177)	0,2603 (0,0424)	0,2742 (0,0468)	0,3416 (0,0385)	0,2669 (0,0465)
Branco	0,1152 (0,0168)	0,1484 (0,0191)	0,0724 (0,0379)	0,0899 (0,0407)	0,2159 (0,0359)	0,2901 (0,0439)
Experiência	0,0249 (0,0023)	0,0217 (0,0025)	0,0251 (0,0068)	0,0111 (0,0137)	0,0243 (0,0044)	0,0274 (0,0044)
Experiência 2	-0,0003 (0,0000)	-0,0004 (0,0000)	-0,0004 (0,0001)	-0,0002 (0,0002)	-0,0004 (0,0000)	-0,0009 (0,0001)
Estudo 1 a 4	0,0875 (0,0512)	-0,0002 (0,0548)	0,0214 (0,1393)	0,0236 (0,1399)	0,0253 (0,0824)	-0,2336 (0,1300)
Estudo 5 a 10	0,2763 (0,0487)	0,1405 (0,0618)	0,0793 (0,1319)	0,0335 (0,1403)	0,0184 (0,0892)	-0,2759 (0,1403)
Estudo 11 a 14	0,5369 (0,0503)	0,4043 (0,0628)	0,2774 (0,1389)	0,2730 (0,1420)	0,3540 (0,0931)	-0,0361 (0,1688)
Estudo 15 ou +	1,1353 (0,0562)	0,9217 (0,0818)	0,9857 (0,1542)	0,9942 (0,1507)	1,0570 (0,1026)	0,3539 (0,2683)
Empregado com carteira	0,1200 (0,0240)	0,1024 (0,0246)	-0,0440 (0,0624)	-0,0552 (0,0618)	0,1598 (0,0495)	0,1122 (0,0529)
Funcionário público	0,3943 (0,0390)	0,3914 (0,0391)	0,4083 (0,0967)	0,4266 (0,0965)	0,4205 (0,0715)	0,3680 (0,0721)
Autônomo	0,1836 (0,0325)	0,1669 (0,0332)	0,1122 (0,0757)	0,0853 (0,0748)	0,2860 (0,0623)	0,2971 (0,0624)
Empregador	0,7182 (0,0546)	0,7107 (0,0552)	0,8246 (0,1311)	0,8256 (0,1336)	0,9839 (0,1179)	0,9601 (0,1166)
Sindicato	0,1558 (0,0198)	-0,1471 (0,0199)	0,1972 (0,0489)	-0,1781 (0,0502)	0,0454 (0,0477)	0,0651 (0,0465)
Indústria	0,1570 (0,0414)	-0,1556 (0,0397)	0,0299 (0,1056)	-0,0391 (0,1067)	-0,0632 (0,1070)	(-0,0614) (0,1061)
Construção	0,1009 (0,0438)	0,1022 (0,0426)	0,0593 (0,1081)	0,0666 (0,1076)	-0,1003 (0,1113)	-0,0895 (0,1132)
Comércio	0,1704 (0,0408)	0,1704 (0,0397)	0,0869 (0,1066)	0,0953 (0,1065)	-0,0034 (0,1041)	0,0028 (0,1034)
Urbano	0,1362 (0,0310)	0,0751 (0,0361)	0,1156 (0,0851)	0,0639 (0,0916)	0,1491 (0,0867)	0,0506 (0,0921)
Metrópole	0,1936 (0,0161)	0,2426 (0,0213)	0,2104 (0,0439)	0,3027 (0,0878)	0,2369 (0,0372)	0,1951 (0,0393)

(continua)

(continuação)

	Não Migrante		Migrante de retorno		Migrante não retornado	
	Não Corrigida	Corrigida	Não Corrigida	Corrigida	Não Corrigida	Corrigida
Intercepto	0,1925 (0,6867)	0,1328 (0,0710)	0,7046 (0,1700)	1,5621 (0,7053)	0,5464 (0,1225)	3,1551 (0,9206)
λ_1		-0,7790 (0,2282)				
λ_2				0,4255 (0,3376)		
λ_3						1,1775 (0,4046)
R ² ajustado	0,3624	0,3606	0,3739	0,3676	0,4355	0,4305
Número de observações	5521		1355		1038	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2011.

Obs.: Entre parênteses os desvios-padrão robustos a heterocedasticidade. Para as equações corrigidas os desvio-padrão foram computados por bootstrap com 1.000 replicações.

Notas: *** Estatisticamente significativa a 1%.

** Estatisticamente significativa a 5%.

* Estatisticamente significativa a 10%.

Em linhas gerais, os parâmetros estimados para as características pessoais, tanto os não-migrantes como os migrantes homens e de raça branca recebem maiores remunerações que as mulheres e trabalhadores não brancos, devido aos coeficientes serem positivos. Quanto às variáveis de capital humano, percebe-se que à medida que o grau de escolaridade aumenta, os coeficientes também aumentam, indicando maior remuneração para migrantes mais escolarizados e com mais experiência, sobretudo para os não migrantes.

Reportando-se a categoria dos trabalhadores (não migrantes, migrantes de retorno e migrantes não retornados) ocupados como funcionário público, autônomo e empregador, auferem rendimentos mais elevados em relação aos trabalhadores contrários a esses perfis, com destaque para empregadores não retornados que apresentaram o maior índice dentre eles. Os empregados com carteira de trabalho assinada apresentaram redução dos ganhos quando classificados na categoria de migrantes retornados. Ademais, percebe-se que os trabalhadores dos setores de indústrias, construção e comércio, auferem rendimentos menores quando analisados sob a categoria de migrantes não retornados (imigrantes), devido aos coeficientes serem negativos.

Os indivíduos residentes em áreas urbanas ou metropolitanas recebem rendimentos relativamente mais altos quando comparados aos indivíduos residentes em áreas rurais e não metropolitanas, sobretudo para os migrantes não retornados.

A Tabela 14 destaca os resultados obtidos com a decomposição de Oaxaca (1973) para as equações de rendimentos corrigidas. Os dados apontam para grandes diferenciais de rendimentos verificados entre o grupo dos imigrantes (migrantes não retornados) e o grupo dos não migrantes. Nesse caso, do diferencial total percebe-se que a maioria refere-se aos atributos não observados.

Ao analisar os dados entre os imigrantes e os migrantes retornados percebe-se uma situação vantajosa do primeiro em relação ao segundo, apesar do diferencial explicado pelos atributos observados ser favorável ao grupo dos não-migrantes.

Tabela 14 - Decomposição de Oaxaca para as equações de rendimento corrigidas, Paraná

Imigrante <i>versus</i> não migrante	Categoria base: Imigrante		Categoria base: não migrante	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Atributos observados	-0,20	-9,28	0,02	-1,03
Atributos não observados	2,35	109,28	-2,17	101,03
Diferencial total	2,15	100,00	-2,15	100,00
Imigrante <i>versus</i> retornado	Categoria base: Imigrante		Categoria base: retornado	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Atributos observados	-0,14	-13,20	-0,08	7,89
Atributos não observados	1,20	113,20	-0,98	92,11
Diferencial total	1,06	100,00	-1,06	100,00
Retornado <i>versus</i> não migrante	Categoria base: Retornado		Categoria base: não migrante	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Atributos observados	-0,03	-2,96	0,03	-2,45
Atributos não observados	1,12	102,96	-1,12	102,45
Diferencial total	1,09	100,00	-1,09	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2011.

Obs.: Valores positivos do diferencial dos atributos não observados indicam vantagem para a categoria-base; valores negativos o oposto.

Na comparação entre o migrante retornado e o não migrante tem-se uma situação vantajosa do primeiro, quando considerado os atributos não observados, e vantagem do segundo quando os atributos observados se tornam a referência. Neste sentido, as evidências apresentadas sugerem que os migrantes retornados são positivamente selecionados em relação aos não migrantes, mesmo o primeiro

apresentando atributos observados inferiores ao segundo, -0,03 do retornado ante 0,03 por parte do não-migrante.

Por sua vez, resta a avaliação mais detalhada acerca do impacto da condição de ocupação sobre a distribuição dos rendimentos, considerando o nível de qualificação dos ocupados do mercado de trabalho paranaense. A Tabela 15 traz as estimativas do rendimento/hora factual, contrafactual e do retorno econômico à migração, auferidos de acordo com o nível de estudo, para os dois grupos de paranaenses, os não migrantes e os migrantes de retorno. Conforme já ressaltado na metodologia, os valores positivos do retorno econômico indicam vantagem para a categoria base, enquanto que os valores negativos o oposto.

Tabela 15 - Rendimento-hora factual e contrafactual (logaritmo) e retorno econômico por condição de migração e nível de escolaridade, Paraná

	Factual	Contrafactual	Retorno Econômico
	Não Migrante (1)	Caso migre e retorne (2)	(1)-(2)
Não Migrante			
Estudo<1	0,90	2,17	-1,28
Estudo 1 a 4	0,97	2,26	-1,29
Estudo 5 a 10	1,18	2,26	-1,08
Estudo 11 a 14	1,49	2,52	-1,03
Estudo 15 ou +	2,10	3,36	-1,27
Total	1,38	2,50	-1,12
Retornado	Migrante retornado (1)	Caso não migre (2)	(1)-(2)
Estudo<1	2,13	0,85	1,28
Estudo 1 a 4	2,20	0,94	1,26
Estudo 5 a 10	2,25	1,18	1,07
Estudo 11 a 14	2,52	1,49	1,03
Estudo 15 ou +	3,45	2,17	1,28
Total	2,47	1,35	1,12

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2011.

A coluna (1) mostra as estimativas do rendimento factual segundo duas categorias de trabalhadores: não migrante e migrante retornado. Na coluna (2) é apresentado os rendimentos contrafactuais para os grupos de trabalhadores mencionados anteriormente. A última coluna faz referência ao retorno econômico ou os ganhos salariais à migração, que é calculado a partir da diferença entre as estimativas de rendimentos factuais e contrafactuais.

Com relação ao não migrante, o retorno econômico (ou o diferencial de rendimentos entre as categorias) auferido se mostrou negativo para todas as faixas de instrução, ou seja, os dados sugerem que conforme há uma elevação no nível de escolaridade o diferencial de rendimento se torna mais negativo, tornando a migração a melhor opção para maiores rendimentos, uma vez que o trabalhador ganharia mais se tivesse arbitrado.

Por outro lado, as evidências para o migrante retornado sugerem que, no caso de migrar e, posteriormente, retornar ao estado de origem, o retorno econômico seria positivo, ou seja, a decisão de retornar ao estado de origem proporciona maiores rendimentos aos trabalhadores de todas as faixas de estudo. Igualmente, considerando todas as faixas de escolaridade, se o migrante retornado não tivesse migrado, estes apresentariam uma expectativa de ganhos menores.

Portanto, os resultados do presente trabalho verificaram que a decisão de migração por parte dos trabalhadores foi coerente para as duas categorias de migrantes, tanto os de outros estados (imigrantes), quanto os paranaenses (migrantes de retorno). Enfim, as evidências para o Estado do Paraná estão de acordo com as literaturas da área, principalmente com o modelo teórico de Borjas e Bratsberg (1996), e embora tenha apresentado seletividade negativa, os migrantes retornados apresentaram melhores condições de vida e rendimentos que os não migrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a importância e os potenciais impactos dos movimentos migratórios na determinação de rendimentos dos indivíduos do estado do Paraná. Especificamente, primeiro, procurou-se fornecer evidências do perfil do migrante para sua inserção em três categorias, a saber: não migrante, migrante de retorno e migrante não retornado (imigrante). Para tanto, foi analisado o rendimento auferido pelo migrante de retorno com a experiência de migração, comparando os resultados para o não migrante e o migrante não retornado (imigrante).

A partir das evidências apresentadas, nota-se que o capital humano teve um papel decisivo para a qualidade de alocação inicial nas diferentes categorias de migrantes. Decerto forma, os migrantes com elevados níveis de escolaridade auferem rendimentos maiores que os menos escolarizados, e apresentam maiores chances de migrar.

Especificamente, com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 2011, procurou-se fornecer evidências do perfil dos ocupados no mercado de trabalho. Assim, observou-se que o mercado de trabalho paranaense é formado por 70% de não-migrantes, 17% de migrantes não retornados e 13% de migrantes retornados.

Para a análise do perfil do migrante, tem-se que 45% dos indivíduos que migraram para o Estado tem como origem a Região Sudeste, seguido pela Região Sul com 38,09%. Assim, percebe-se que mais de 80% dos imigrantes residentes no Paraná vieram dessas duas Regiões. Quanto ao destino dos paranaenses migrantes, ficou em evidência que aproximadamente 50% tem como destino a Região Sudeste, 21,57% a Região Sul e 19,03% Centro-Oeste. A Região Norte e Nordeste representaram apenas 10%, mostrando assim o desinteresse dos migrantes paranaenses em migrar para essas regiões.

Destarte, observou no Paraná que os migrantes interestaduais de retorno poderiam auferir maiores rendimentos caso não tivessem optado por migrar de volta para o estado. Por outro lado, o migrante retornado apresentou características que o qualificam numa posição melhor que os não migrantes, tendo assim elevação nos rendimentos quando comparado aos paranaense que não migraram.

O modelo de múltiplas escolhas mostrou que a probabilidade de o indivíduo remigrar, comparando ao não migrante, é maior para homens, bem instruídos (15 anos ou mais de estudo), funcionários públicos ou ocupados com carteira de trabalho assinada, residentes em áreas urbanas, e para casados ou com filho menor de 14 anos. Todas essas variáveis afetam a chance relativa de migrar sem retornar.

Destaca-se que foi possível observar que o fluxo de migração sofreu alteração no período mais recente, uma vez que o total de paranaenses que retornou mais aqueles que nasceram em outras unidades da federação e migraram para o Estado do Paraná passou a superar o número de paranaenses que saem do Estado. Dessa forma, os resultados indicam que o mercado de trabalho paranaense tem conseguido gerar postos de trabalho atrativos para absorver até mesmo trabalhadores de outras unidades da federação.

Assim, conclui-se que os atributos observados, mais especificamente o nível de estudo, são fatores chaves na determinação de rendimentos e na decisão de migrar. Além disso, os diferenciais de rendimentos são maiores para os imigrantes com pelo menos o ensino médio completo. Apesar dos não migrantes serem negativamente selecionados em relação aos migrantes retornados e aos migrantes não retornados, as características observáveis diferenciam os indivíduos para o mercado de trabalho e na determinação da renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, R. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XXI. **Anais...** Caxambu, MG, Abep, 1998.

BANDEIRA, P. S. A economia da região Sul. *Federalismo no Brasil*. São Paulo: FUNDAP: Unesp, 1995.

BLINDER, A. S. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. *Journal of Human resources*, p. 436-455, 1973.

BORJAS, G. J. (1989), 'Economic theory and international migration', *International Migration Review*, v. 23, n° 3 457-485.

BORJAS, G. J.; BRATSBERG, B. Who leaves? The outmigration of the foreign-born. *National Bureau of Economic Research*, 1994.

BORJAS, G. J. The economic analysis of immigration. *Handbook of labor economics*. North-Holland: Elsevier, 1999. v. 3, p. 1697-1760.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.

BRITO, F. R. A.; CARVALHO, J. A. M. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. *Parcerias estratégicas*, v. 11, n. 22, p. 441-455, 2010.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos. *IPEA. Texto para Discussão nº. 621*. Rio de Janeiro, Janeiro de 1999.

COSTA, C. C. R. C.; RIGOTTI, J. I. R. Movimentos Migratórios para o Estado da Bahia: Efeitos diretos e indiretos da Migração de Retorno, 1991-2000. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVI. **Anais...** Caxambu, MG, 2008.

DA MATA, Daniel, *et al.* Migração, qualificação e desempenho das cidades brasileiras. IN: CARVALHO, A. X. (Org.). *Dinâmica dos Municípios*. Rio de Janeiro: Ipea, 2007. P. 289-322.

DUSTMANN, C.; KIRCHKAMP, O. The optimal migration duration and activity choice after re-migration. *Journal of Development Economics*. V.67, pg 351-372, 2002.

GREENE, W.H. *Econometric Analysis*. New York: New York University Press, 5 ed., 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – 2011*. Rio de Janeiro, 2012. Microdados.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 14 Mar. 2013.

KLEINKE, M. L. U.; DESCHAMPS, M. V.; MOURA, R. Movimentos migratórios no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.95, 1999, p. 27-50.

LEWIS, W. A. (1954) Economic development with unlimited supplies of labor. *The Manchester School of Economic and Social Studies*. 22: 139-91.

LIBARDI, D; DELGADO, P. A redução do trabalho agrícola no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n.95, jan-abr, 1999, p. 51-59.

LISBOA, S. S. Os fatores determinantes dos novos movimentos migratórios. *Revista Ponto de Vista*, vol. 5, Viçosa (MG) 2008.

MACEDO, M. M.; VIEIRA, V. F.; MEINERS, W. E. M. A. Fases de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 103, p. 5-22, jul./dez. 2002.

MAGALHÃES, M. V.; KLEINKE, M. L. U. Projeção da população do Paraná: tendências e desafios. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.98, p. 27-43, jan./jun. 2000.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. 1984. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.1 n.2, p. 99-143.

MARTINE, G. A Redistribuição Espacial da População Brasileira durante a década de 80. Rio de Janeiro: Ipea- Dipes, 1994. 46 p. (Ipea. *Texto para discussão*, n.329).

MINCER, J. Family Migration Decisions. *The Journal of Political Economy*, v.86, n.5, out/1978.

MOURA, R. *et al.* Paraná: Dinâmica Urbano-Regional do Estado. *Dinâmica Urbano-Regional: Rede Urbana e suas interfaces*. IPEA 2011. Capítulo 13, pg 305 – 345.

NOJIMA, D.; MOURA, R.; SILVA, S. T. Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba. *IPARDES, Primeira Versão*, n. 3, 2004.

OAXACA, R. Male-Female wage differentials in urban labour markets. *International Economic Review* – v. 14, n. 3, out. 1973, p. 693-709.

OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 19, n. 4, Dec. 2005.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? *Encontro Nacional sobre Migração*, v.1. Curitiba: Abep/lpardes, 1998.

RAMALHO, H. M. B.; QUEIROZ, V. S. Migração Interestadual de Retorno e Autosseleção: Evidências para o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico* (Rio de Janeiro), v. 41, n.3, p. 369-396, 2011.

RAMALHO, H. M. B.; SILVEIRA NETO, R. M.; DA MOTA, R. A Inserção do Migrante rural no mercado de trabalho urbano no Brasil: Uma Análise Empírica da importância dos setores informal e formal. *Estudos Econômicos* (São Paulo), vol.42, n.4, p. 731-771, out-dez 2012.

RAVENSTEIN, E. G. (1885). As leis das migrações. In: MOURA, H. A. (org.) *Migração interna, textos selecionados*. Fortaleza, BNB/ETENE, 1980.

RÊGO, N. J. F., YOKOO, C. S. Gênese e Desenvolvimento da rede urbana Paranaense. *I Simpósio de estudos Urbanos: Desenvolvimento Regional e Dinâmico Ambiental*. Campo Mourão. Agosto 2011.

RIBEIRO, J. T. L.; CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. R. Migração de retorno: algumas possibilidades de mensuração. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, v.10, p. 973-1002. **Anais...**, 1996.

SABBADINI, R., AZZONI, C. R. Migração Interestadual de Pessoal Altamente Educado: Evidências Sobre a Fuga de Cérebros. Encontro Nacional de Economia, XXXIX, v.34, n.5. **Anais...**, 2006.

SANTOS, R. B. *Migração no Brasil*. São Paulo 1994. Editora: Scipione Ltda.

SINGER, P. I. Migrações Internas: Considerações teóricas sobre o estudo. In: MOURA, H. A. *Migração Interna: textos selecionados*, Fortaleza: BNB ETENE p. 211-244, 1980.

SIQUEIRA, L. B. O.; MAGALHÃES, A. M. e SILVEIRA NETO, R. M. Uma Análise da Migração de Retorno no Brasil: Perfil do migrante de Retorno, a Partir do Censo de 2000. In: *Encontro Regional de Economia, XI*. Fortaleza. **Anais...** 2006.

SJAASTAD, L. The costs and returns of human migration. *Journal of Political Economy*, v.70, n.5, p.80-93, 1962.

ZHAO, Y. Causes and Consequence of Return Migration: Recent Evidence from China. *China Center for Economic Research Beijing University*. November 30, 2001.

APÊNDICE

Tabela A.1 – População Total Brasil e Unidade de Federação, 2000 e 2010

Brasil e Unidade de Federação	Ano	
	2000	2010
Acre	557.526	733.559
Alagoas	2.822.621	3.120.494
Amazonas	2.812.557	3.483.985
Amapá	477.032	669.526
Bahia	13.070.250	14.016.906
Ceará	7.430.661	8.452.381
Distrito Federal	2.051.146	2.570.160
Espírito Santo	3.097.232	3.514.952
Goiás	5.003.228	6.003.788
Maranhão	5.651.475	6.574.789
Minas Gerais	17.891.494	19.597.330
Mato Grosso do Sul	2.078.001	2.449.024
Mato Grosso	2.504.353	3.035.122
Pará	6.192.307	7.581.051
Paraíba	3.443.825	3.766.528
Pernambuco	7.918.344	8.796.448
Piauí	2.843.278	3.118.360
Paraná	9.563.458	10.444.526
Rio de Janeiro	14.391.282	15.989.929
Rio Grande do Norte	2.776.782	3.168.027
Rondônia	1.379.787	1.562.409
Roraima	324.397	450.479
Rio Grande do Sul	10.187.798	10.693.929
Santa Catarina	5.356.360	6.248.436
Sergipe	1.784.475	2.068.017
São Paulo	37.032.403	41.262.199
Tocantins	1.157.098	1.383.445
Brasil	169.590.693	190.755.799

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Tabela A.2 - Descrição das variáveis utilizadas nas regressões

Atributos Pessoais	Definição
Homem	Variável binária: 1-masculino; 0-feminino
Branco	Variável binária: 1-branco; 0-não branco
Experiência	Experiência no mercado de trabalho (Idade-anos de estudo -5)
Experiência ²	Experiência ao quadrado
Estudo 1 a 4	Variável Binária: 1- possui de 1 a 4 anos de estudo; 0-não possui
Estudo 5 a 10	Variável binária: 1-possui de 5 a 10 anos de estudo; 0-não possui
Estudo 11 a 14	Variável binária: 1-possui e 11 a 14 anos de estudo; 0-não possui
Estudo 15 mais	Variável binária: 1-possui 15 ou mais anos de estudo; 0-não possui
Postos de trabalho	
Empregado com carteira	Variável binária: 1-empregado com carteira assinada; 0-caso contrário
Funcionário Público	Variável binária: 1-servidor público; 0-caso contrário
Autônomo	Variável binária: 1-trabalhador autônomo; 0-caso contrário
Empregador	Variável binária: 1-empregador; 0-caso contrário
Sindicato	Variável binária: 1-filiado a sindicato; 0-caso contrário
Indústria	Variável binária: 1-trabalha na indústria; 0-caso contrário
Construção	Variável binária: 1-trabalha na construção; 0-caso contrário
Comércio	Variável binária: 1-trabalha no comércio; 0- caso contrário
Família	
Chefe	Variável binária: 1-responsável pela família; 0-caso contrário
Morador	Total de moradores no domicílio
Casado	Variável binária: 1 homem que vive com cônjuge; 0-caso contrário
Casado mulher	Variável binária: 1 mulher que vive com cônjuge; 0-caso contrário
Filho menor	Variável binária: 1-possui filho menor de 14 anos; 0-caso contrário
Residência	
Urbana	Variável binária: 1 reside na zona urbana; 0-caso contrário
Metrópole	Variável binária: 1 reside na região metropolitana; 0-caso contrário
Condição do mercado de trabalho	
Retornado	Variável binária: 1 se é migrante de retorno (nasceu no Paraná, migrou, retornou e trabalha no Paraná); 0-caso contrário
Imigrante	Variável binária: 1 se é imigrante (nasceu em outra UF e trabalha no Paraná); 0-caso contrário

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2011.